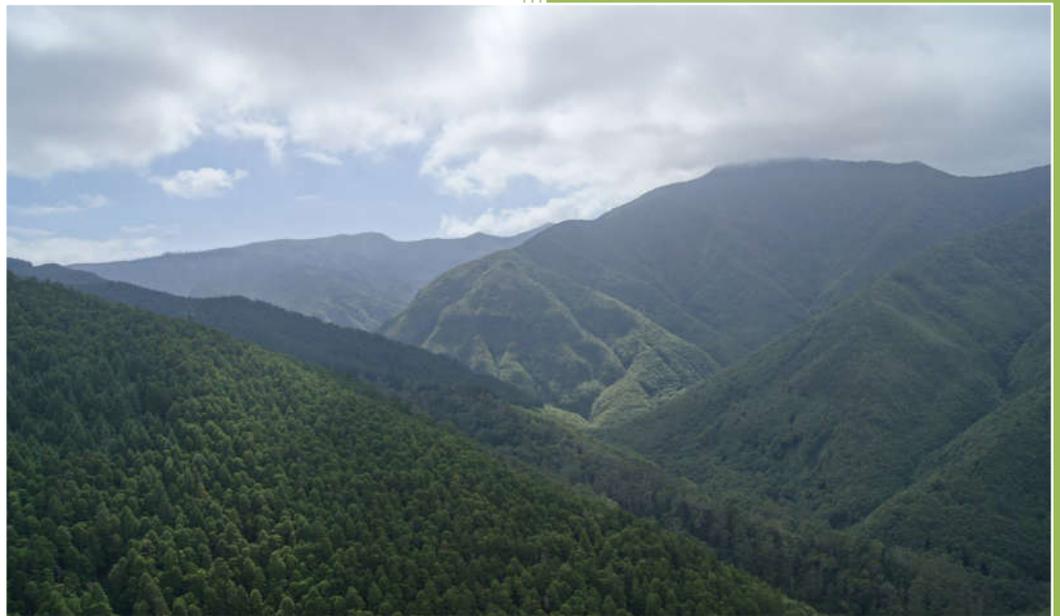


# 2019

## Prestação de Contas



## ÍNDICE

<b>1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....</b>	<b>3</b>
1.1 Identificação .....	3
1.2 Órgãos Sociais .....	4
1.3 Organograma .....	5
1.4 Sumário do Exercício .....	6
<b>2. ÁREAS DE NEGÓCIO .....</b>	<b>9</b>
2.1 Abastecimento de Água .....	9
2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos .....	16
<b>3. CLIENTES.....</b>	<b>20</b>
3.1 Caracterização .....	20
3.2 Evolução.....	21
<b>4. INVESTIMENTOS .....</b>	<b>22</b>
<b>5. RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>23</b>
<b>6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA .....</b>	<b>25</b>
6.1 Análise Económica.....	25
6.2 Rendimentos .....	26
6.3 Gastos .....	27
6.4 Indicadores Financeiros .....	28
6.5 Evolução Previsível .....	29
<b>7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>29</b>
<b>8. NOTAS FINAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>31</b>

## **1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA**

### **1.1 Identificação**

Nordeste Ativo E.M., S.A

#### **Sede Social**

Rua Dr. Manuel João da Silveira nº 1-A

9630-142 Nordeste

#### **Pessoa Coletiva**

NPC 512088357

#### **Capital Social**

50.000,00€

#### **Estrutura Acionista**

Câmara Municipal de Nordeste – 100%

#### **Objeto**

A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste; A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta Empresa Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

## **1.2 Órgãos Sociais**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente:

Dinis Alberto Pereira Miranda

Secretário:

Fernando Pacheco Arruda

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:

António Miguel Borges Soares

Vogais:

Natália da Conceição Rego Borges

João de Deus Andrade de Sousa

### **CONSELHO FISCAL**

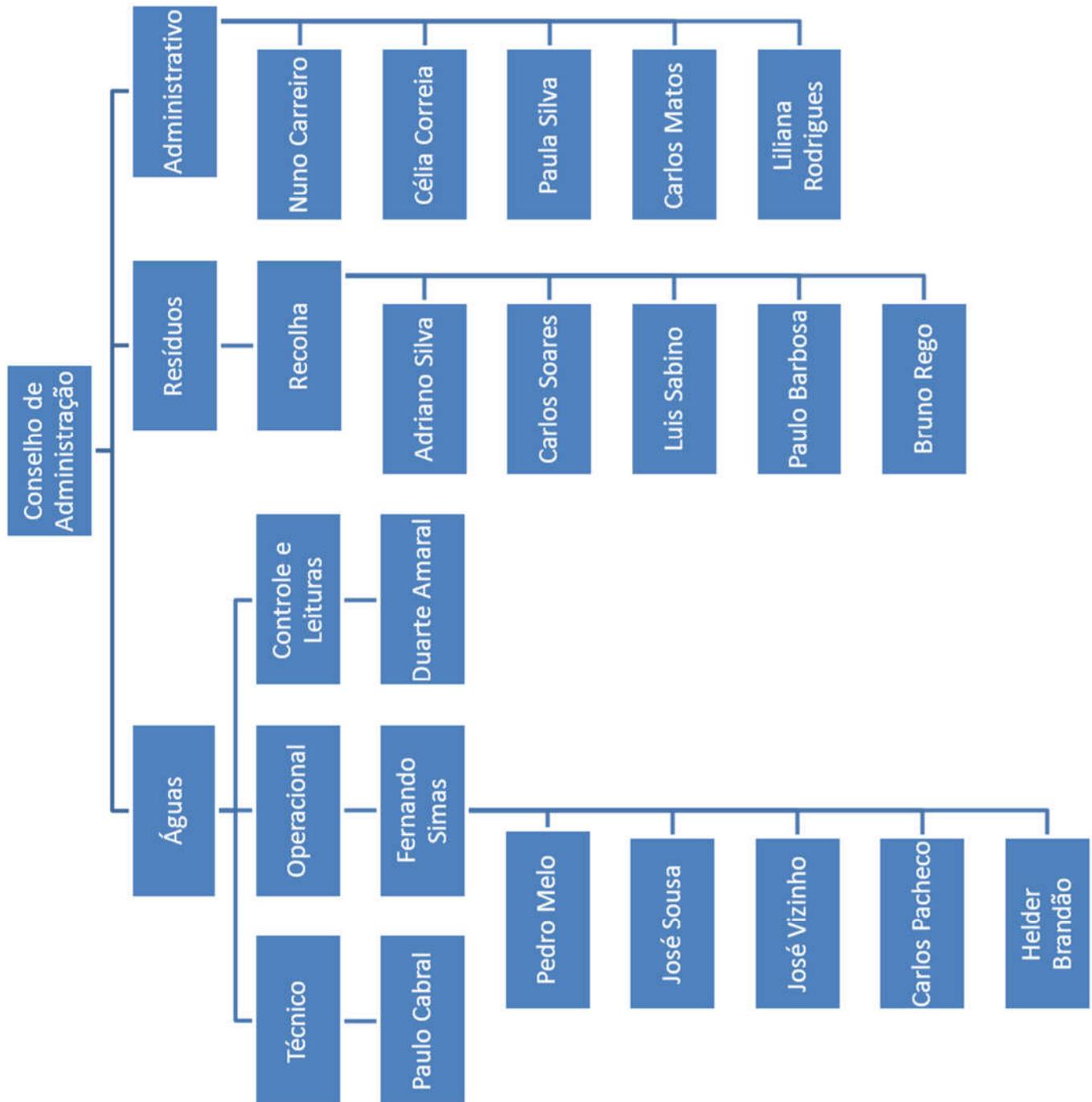
Fiscal único:

Duarte Giesta – SROC, Unipessoal, Lda. – representada por Duarte Félix Tavares Giesta

Fiscal suplente:

Leopoldo Alves & Associados – SROC – representada por Leopoldo de Assunção Alves

### 1.3 Organograma



### 1.4 Sumário do Exercício

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

A missão da Nordeste Ativo E.M., S.A. é satisfazer as necessidades de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos da população do Município de Nordeste, num quadro de sustentabilidade económica, financeira e técnica. A visão que a empresa tem, pauta-se pela prestação de um serviço público de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, recorrendo às melhores práticas de gestão para garantir um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes social, ambiental e económica.

O serviço de abastecimento de água para consumo humano no concelho de Nordeste abastece a totalidade da população, com elevados parâmetros de qualidade.

O serviço de saneamento de águas residuais domésticas abrange apenas uma parte de população, motivo pela qual é atualmente gratuito para a população em geral. No entanto está no plano de investimentos da empresa o alargamento da rede de saneamento a todo o concelho, bem como a construção de estações de tratamento.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade da população do concelho e é orientado para uma estratégia de separação e reciclagem dos resíduos. Para tal a Nordeste Ativo E.M., S.A. foi pioneira na recolha diferenciada de resíduos porta a porta com o objetivo de alcançar níveis elevados de reciclagem.

Em relação ao sistema de abastecimento de água, no ano de 2019 foram consumidos 379.390m<sup>3</sup> de água. Comparando com 2018, verificou-se uma ligeira redução de -5.286m<sup>3</sup>, ou seja, de -1%. Esta redução deveu-se ao facto do ano de 2019 ter sido um ano com bastante pluviosidade, nomeadamente nos meses de verão o que levou a um menor consumo de água por parte população para regadios e pecuária.

A elevada precipitação teve também uma repercussão positiva a nível da redução dos custos da empresa pelo facto do furo de captação de água de Santo António Nordestinho ter sido pouco utilizado bem como o transporte de água através de camiões cisterna.

A água distribuída pela empresa apresentou elevados padrões de qualidade, tendo-se atingido uma percentagem de 99,79% de análises dentro dos valores paramétricos legalmente estabelecidos.

A nível da recolha de resíduos, a salientar a evolução positiva do aumento da quantidade recolhida de resíduos recicláveis em detrimento dos resíduos indiferenciados. Esta evolução representa que a população tem aderido cada vez mais à separação dos resíduos.

Em Novembro de 2018 a Nordeste Ativo apresentou para a aprovação do Município uma proposta de atualização dos tarifários da empresa para o ano de 2019, tarifários esses que consubstanciavam um elevado aumento dos preços de forma a garantir a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços. A proposta foi rejeitada, tendo sido aprovada uma atualização apenas pelo valor da inflação.

Para compensar o défice entre os valores cobrados e os custos efetivos da empresa, foi deliberado pela Câmara Municipal a atribuição de um subsídio à exploração através da celebração de um Contrato-Programa que foi aprovado em Assembleia Municipal em 17 de abril de 2019. Este Contrato-Programa determinou a atribuição à Nordeste Ativo um montante de 147.091,00€ no ano de 2019.

Igualmente em Assembleia Municipal de 17 de abril foi aprovada a celebração do contrato de gestão delegada com visa a delegar na Nordeste Ativo, em regime de exclusividade, o sistema de abastecimento público de água às populações, sistema de saneamento de águas residuais urbanas e sistema público de gestão de resíduos urbanos, bem como foram aprovados novos regulamentos do serviço de gestão destas atividades.

Relativamente às atividades de carácter desportivo, recreativo e turístico, tem sido estratégia da empresa a redução destas atividades devido à sua fraca representatividade na faturação da empresa, tendo inclusivamente um impacto negativo nas contas. Desta forma a empresa tem vindo a desinvestir nestas atividades para se concentrar nas atividades mais importantes para a empresa, como seja, o abastecimento de água, o saneamento e a recolha de resíduos urbanos. Como tal, no ano de 2019 a atividade da empresa nestas áreas, resumiu-se à continuação da exploração do posto de turismo, onde são vendidos produtos de artesões e instituições locais.

A nível de projetos nestas áreas, foi decidido desistir dos projetos de construção do campo de Mini-golfe em São Pedro Nordestinho e o projeto de reabilitação do Complexo Desportivo da Fazenda. Estes projetos foram elaborados em 2009 e nunca avançaram por não haver condições de financiamento e de mercado favoráveis à sua concretização, sendo que no futuro a sua concretização poderá ser reavaliada.

A nível de investimentos em 2019 o destaque vai para o início da empreitada de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a parir da nascente das Anieiras.

Em termos financeiros o exercício financeiro foi bastante positivo, particularmente quando comparado com o exercício anterior.

A nível dos custos o ano de 2019 revelou ser um ano extraordinariamente bem sucedido, fruto de uma gestão criteriosa, de contenção de custos, de uma melhoria da produtividade e negociação de melhores e mais vantajosas condições de negócio, o que resultou numa redução dos gastos gerais em cerca de 6%, com destaque para os gastos com fornecimentos e serviços externos que tiveram uma redução de 29%. Não fosse a opção de abandonar alguns projetos, o que teve impacto nas amortizações, e a redução dos custos seria bastante superior.

A nível das receitas, as vendas e prestações de serviços, mantiveram-se ao nível do ano anterior. Apesar de haver um decréscimo no consumo individual por ter sido um ano com elevados níveis de precipitação, este decréscimo foi compensado com o aumento de número de clientes. Foram mais 213 clientes em comparação com o ano passado. A adicionar a estas receitas, está o subsídio à exploração, resultante do Contrato-Programa com o Município.

De realçar também no ano de 2019 a reestruturação de grande parte da dívida da empresa de curto prazo em dívida de longo prazo. Este era um problema que a empresa já enfrentava há longos anos, em que a maior parte da sua dívida estava concentrada em empréstimos de curto prazo sob a forma de contas correntes caucionadas. Com esta reestruturação foi possível reduzir em muito as taxas de juro dos financiamentos, programar de forma suave e progressiva a amortização da dívida, reduzir o risco de flutuação dos spreads dos financiamentos e de não renovação dos créditos e ainda deixar a empresa com margem de tesouraria para investir e cumprir atempadamente os seus compromissos.

Com a margem de tesouraria proveniente deste financiamento e os valores recebidos pontualmente do contrato programa, foi possível reduzir drasticamente os prazos de pagamento aos fornecedores para 30 dias, quando em 2017 eram superiores a 120 dias.

A manutenção do nível de vendas e a obtenção do subsídio à exploração, conjugado com a redução dos gastos, fez com que os resultados da empresa passasse de um resultado negativo em 2018 que teve de ser coberto pelo Município, para um resultado positivo em 2019 no valor de 10.098,55€.

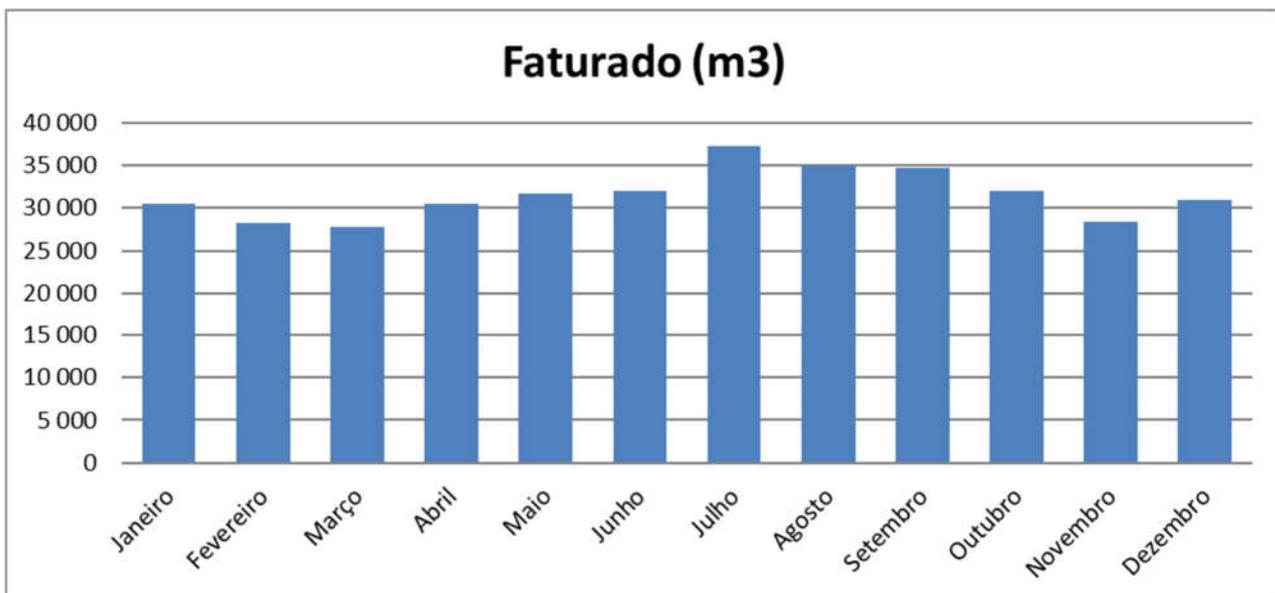
## 2. ÁREAS DE NEGÓCIO

### 2.1 Abastecimento de Água

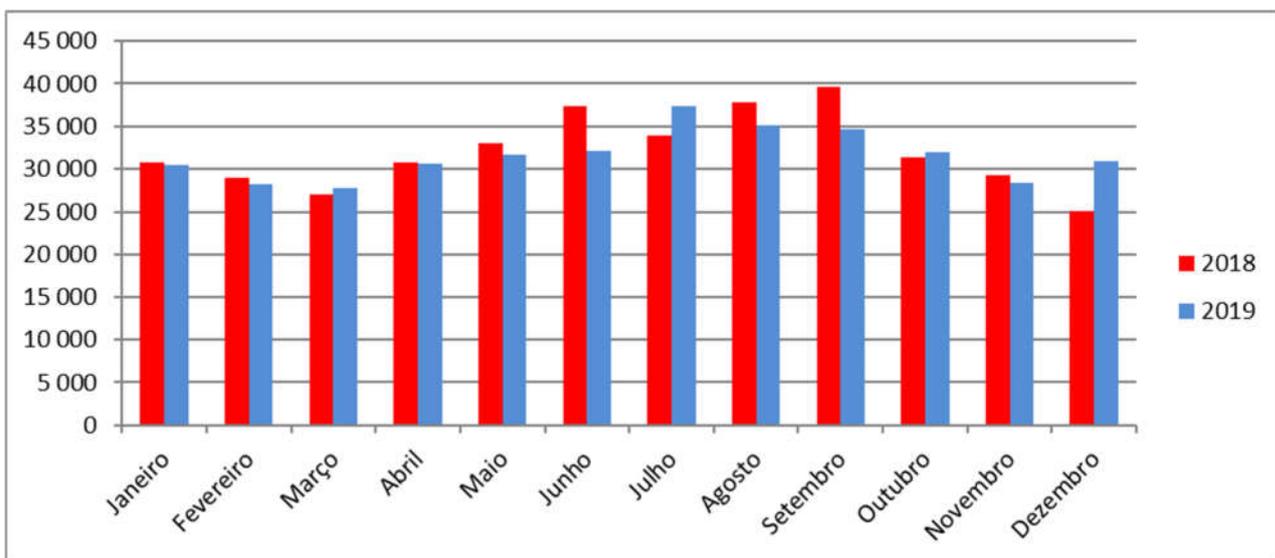
O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações. Por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal a preços acessíveis e sustentáveis.

#### Valores de faturação por mês

Mês	Faturado (m3)	Lido (m3)	Valor faturado (€)
Janeiro	30 543	30 213	49 505,02 €
Fevereiro	28 170	27 839	44 730,15 €
Março	27 836	27 665	43 185,39 €
Abril	30 575	30 377	47 909,99 €
Maio	31 696	31 367	48 839,27 €
Junho	32 060	31 814	48 008,47 €
Julho	37 298	37 044	55 471,17 €
Agosto	35 069	33 417	52 559,78 €
Setembro	34 742	34 239	50 275,02 €
Outubro	31 993	31 509	49 012,21 €
Novembro	28 426	28 216	43 945,13 €
Dezembro	30 982	30 569	48 677,32 €
<b>TOTAL</b>	<b>379 390</b>	<b>374 269</b>	<b>582 118,92 €</b>



### Comparativo 2018/2019



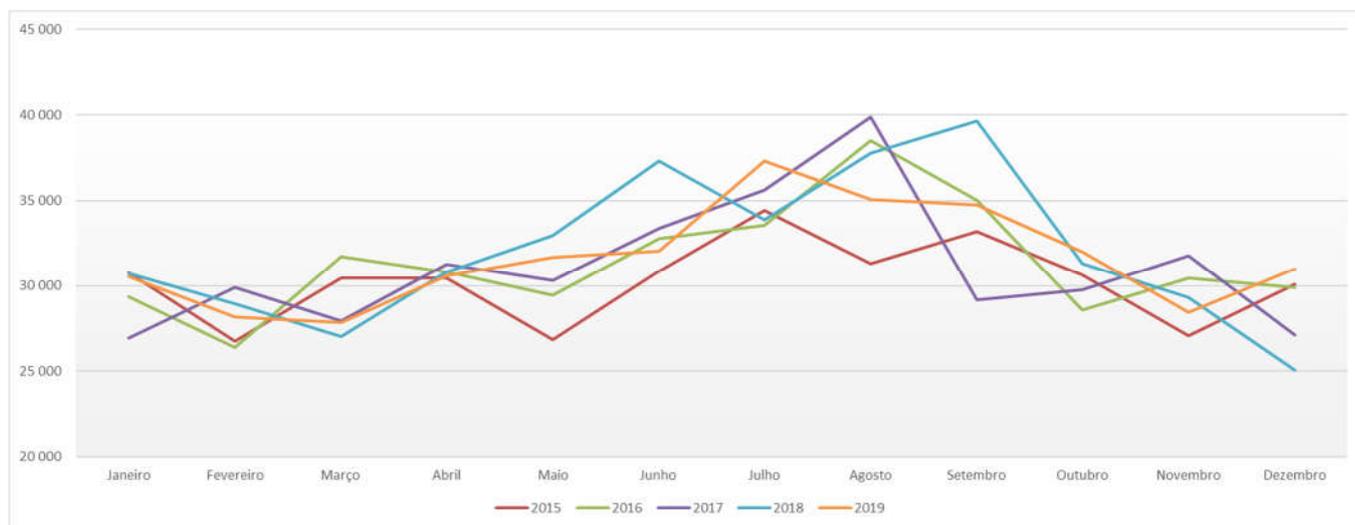
A precipitação que ocorreu nos meses de maio a setembro, ao contrário do que aconteceu no ano de 2018 em que a precipitação foi muito baixa, fez com o consumo de água nesses meses em 2019 fosse inferior ao verificado no período homólogo de 2018.

## Evolução do consumo de água verificado nos últimos 5 anos

### Comparativo 2015/2016/2017/2018/2019

Mês	2015	Variação 2014/2015	2016	Variação 2015/2016	2017	Variação 2016/2017	2018	Variação 2017/2018	2019	Variação 2018/2019
Janeiro	30 788	2,14%	29 348	-4,68%	26 953	-8,16%	30 727	14,00%	30 543,00	-0,60%
Fevereiro	26 751	-0,94%	26 375	-1,41%	29 916	13,43%	28 953	-3,22%	28 170,00	-2,70%
Março	30 437	14,07%	31 716	4,20%	27 933	-11,93%	26 999	-3,34%	27 836,00	3,10%
Abril	30 473	7,04%	30 838	1,20%	31 292	1,47%	30 800	-1,57%	30 575,00	-0,73%
Maio	26 818	-13,55%	29 427	9,73%	30 335	3,09%	32 965	8,67%	31 696,00	-3,85%
Junho	30 866	-9,32%	32 763	6,15%	33 361	1,83%	37 312	11,84%	32 060,00	-14,08%
Julho	34 425	6,22%	33 544	-2,56%	35 610	6,16%	33 893	-4,82%	37 298,00	10,05%
Agosto	31 334	-2,91%	38 520	22,93%	39 873	3,51%	37 762	-5,29%	35 069,00	-7,13%
Setembro	33 182	-7,46%	35 031	5,57%	29 166	-16,74%	39 628	35,87%	34 742,00	-12,33%
Outubro	30 630	-9,71%	28 580	-6,69%	29 784	4,21%	31 312	5,13%	31 993,00	2,17%
Novembro	27 089	11,17%	30 474	12,50%	31 796	4,34%	29 289	-7,88%	28 426,00	-2,95%
Dezembro	30 089	8,36%	29 892	-0,65%	27 133	-9,23%	25 036	-7,73%	30 982,00	23,75%
<b>TOTAL</b>	<b>362 882</b>	<b>-0,29%</b>	<b>376 508</b>	<b>3,75%</b>	<b>373 152</b>	<b>-0,89%</b>	<b>384 676</b>	<b>3,09%</b>	<b>379 390,00</b>	<b>-1,37%</b>

### Evolução do consumo de água nos últimos 5 anos



## Consumo de água por tipo de consumidor

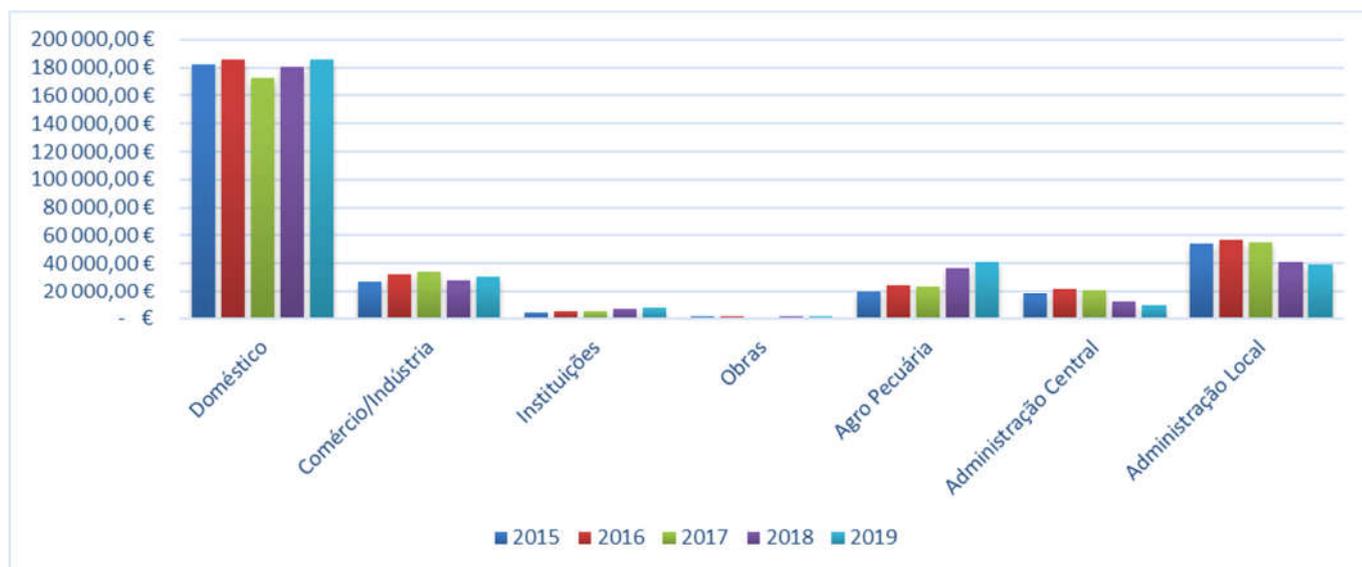
Tipo	Valor (€)
Doméstico	185 407,26 €
Comércio/Indústria	30 132,34 €
Instituições	7 943,89 €
Obras	1 576,30 €
Agro Pecuária	40 695,93 €
Administração Central	9 150,00 €
Administração Local	39 467,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>314 372,88 €</b>

## Peso relativo de cada tipo de consumidor



## Evolução dos últimos 5 anos

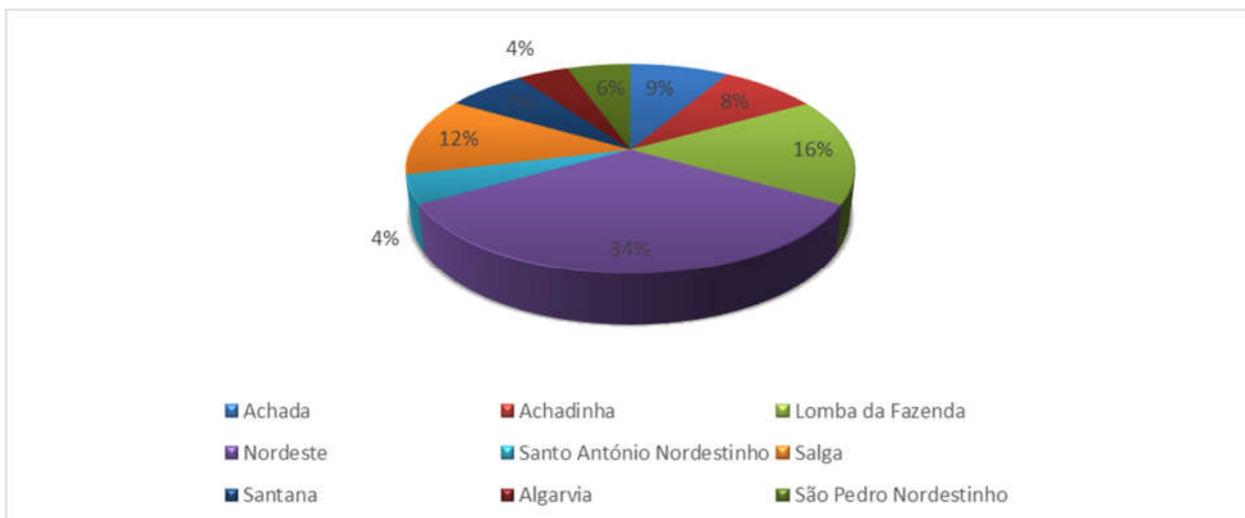
Tipo	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Doméstico</b>	182 606,83 €	186 147,02 €	172 412,49 €	180 459,88 €	185 407,26 €
<b>Comércio/Indústria</b>	26 995,50 €	31 906,12 €	33 728,17 €	27 596,32 €	30 132,34 €
<b>Instituições</b>	4 597,30 €	5 021,12 €	5 420,66 €	6 575,36 €	7 943,89 €
<b>Obras</b>	1 282,65 €	1 374,39 €	1 068,42 €	1 499,51 €	1 576,30 €
<b>Agro Pecuária</b>	19 810,65 €	24 497,66 €	23 557,21 €	36 880,71 €	40 695,93 €
<b>Administração Central</b>	18 544,32 €	21 699,77 €	20 963,51 €	12 253,25 €	9 150,00 €
<b>Administração Local</b>	53 842,85 €	56 436,61 €	54 786,49 €	41 452,08 €	39 467,16 €
<b>TOTAL</b>	<b>307 680,10 €</b>	<b>327 082,69 €</b>	<b>311 936,95 €</b>	<b>306 717,11 €</b>	<b>314 372,88 €</b>



## Consumo de água por freguesia

Freguesia	Valor (€)
Achada	26 723,76 €
Achadinha	26 172,36 €
Lomba da Fazenda	51 658,00 €
Nordeste	105 484,82 €
Santo António Nordestinho	13 784,26 €
Salga	38 215,71 €
Santana	21 240,14 €
Algarvia	13 946,02 €
São Pedro Nordestinho	17 137,53 €

## Peso relativo de cada freguesia no consumo de água



## Evolução do consumo de água por freguesia nos últimos 5 anos

Freguesia	2015	2016	2017	2018	2019
Achada	25 369,71 €	26 597,81 €	25 542,09 €	24 647,15 €	26 723,76 €
Achadinha	25 942,85 €	26 979,27 €	25 266,70 €	24 528,76 €	26 172,36 €
Lomba da Fazenda	45 496,87 €	49 108,64 €	44 268,88 €	49 100,36 €	51 658,00 €
Nordeste	90 244,92 €	100 092,49 €	99 978,05 €	97 048,17 €	105 484,82 €
Santo António Nordestinho	13 175,47 €	13 464,78 €	13 124,22 €	12 815,92 €	13 784,26 €
Salga	56 451,00 €	58 457,58 €	57 095,53 €	49 016,38 €	38 215,71 €
Santana	24 268,60 €	22 606,12 €	21 868,78 €	20 175,52 €	21 240,14 €
Algarvia	13 943,62 €	13 262,40 €	11 429,60 €	14 294,88 €	13 946,02 €
São Pedro Nordestinho	12 787,06 €	16 513,78 €	13 363,10 €	15 089,97 €	17 137,53 €
<b>TOTAL</b>	<b>307 680,10 €</b>	<b>327 082,87 €</b>	<b>311 936,95 €</b>	<b>306 717,11 €</b>	<b>316 381,60 €</b>

## Serviços associados ao consumo de água

Em simultâneo com o consumo de água, e associado a este, são faturados os seguintes serviços/taxas:

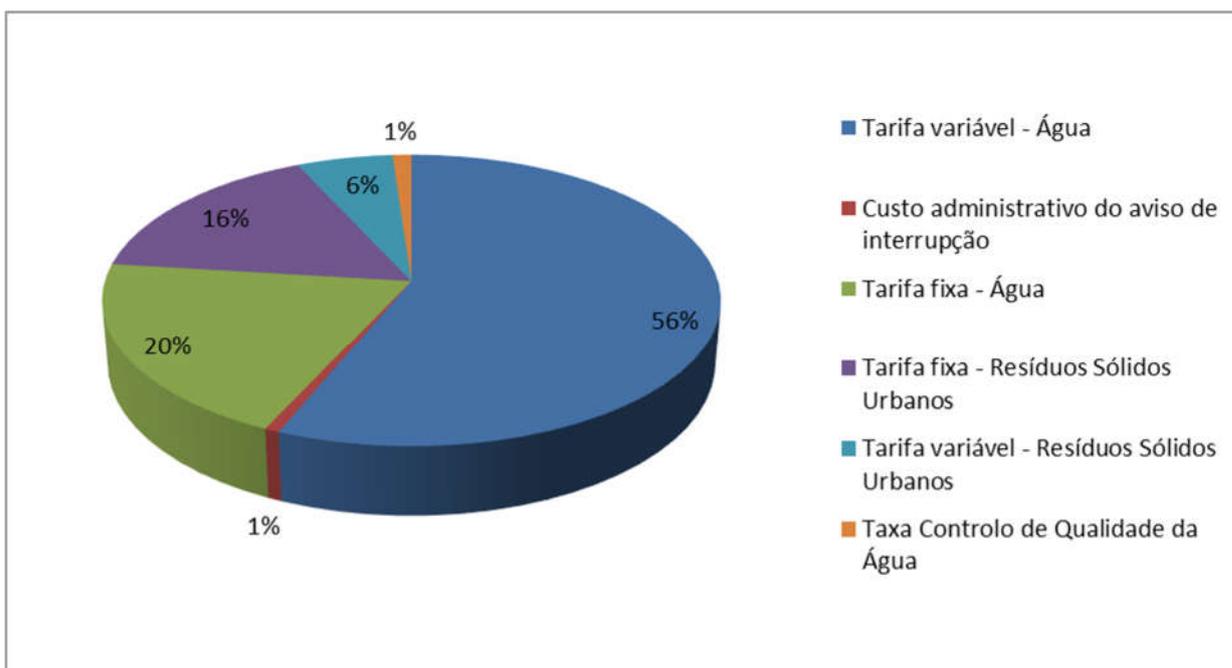
- A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, do diâmetro do caudal e da tipologia dos utilizadores, sendo expressa em euros por cada trinta dias;
- A taxa de controlo da qualidade da água é uma receita da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores - ERSARA e é definida pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2010/A de 5 de março;

- O custo administrativo do aviso de interrupção é devido quando ocorre atraso no pagamento da fatura de água originando o envio do respetivo aviso de interrupção;
- A tarifa fixa de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
- A tarifa variável de gestão de resíduos sólidos urbanos, devida em função quantidade consumida de água.

### Valores totais gerais por processamento em 2019

Rúbrica	Valor
Tarifa variável - Água	314 372,88 €
Custo administrativo do aviso de interrupção	3 839,40 €
Tarifa fixa - Água	112 214,99 €
Tarifa fixa - Resíduos Sólidos Urbanos	90 804,21 €
Tarifa variável - Resíduos Sólidos Urbanos	32 010,98 €
Taxa Controlo de Qualidade da Água	6 279,10 €
<b>TOTAL</b>	<b>559 521,56 €</b>

### Peso relativo de cada rúbrica



## Serviços Auxiliares

Estes serviços são prestados pela empresa, com carácter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

### Valores dos serviços auxiliares em 2019

Serviço	Valor
Serviços/Deteção de fuga/Alt. contrato	396,16 €
Tarifa de ligação	35,72 €
Interrupção de ligação definitiva	505,84 €
Restabelecimento e colocação do contador	490,34 €
Orçamento de Ramal	973,05 €
Análise de projectos de instalações sanitárias	328,63 €
Deslocação de contador	989,40 €
Ramal de ligação de água	819,41 €
Desvio de ramal	- €
<b>TOTAL</b>	<b>4 538,55 €</b>

## 2.2 Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é responsável pela recolha dos resíduos sólidos no concelho de Nordeste.

A recolha dos indiferenciados e resíduos reciclados é efetuada porta a porta e é assegurada por duas viaturas especializadas, em circuitos pré-definidos e com a seguinte regularidade:

FREGUESIA	PAPEL	PLÁSTICO	VIDRO	INDIFERENCIADO
Salga	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achadinha	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Achada	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Santana	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
Algarvia	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. António	4.º FEIRA	5.º FEIRA	6.º FEIRA	3.º e 6.º FEIRAS
S. Pedro	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
L. Fazenda	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS
Nordeste	4.º FEIRA	3.º FEIRA	2.º FEIRA	2.º e 5.º FEIRAS

## Recolha de resíduos 2019

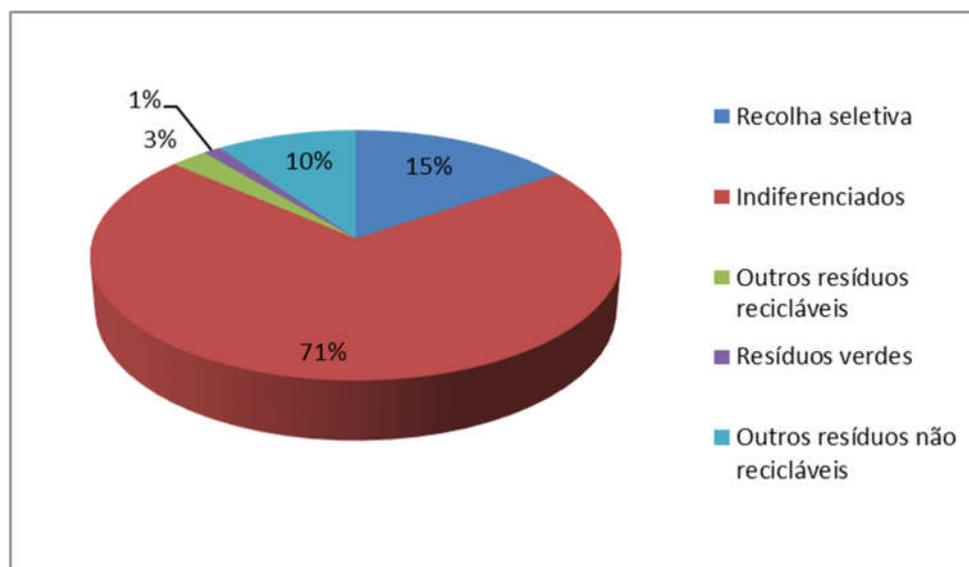
MÊS	CENTRO TRIAGEM (R13)			VERMIC. (R3)		ECOCENTRO (R13)			PARQUE VERDES (R3/R13)			ATERRO (D1)			
	PAPEL	VIDRO	PLÁST.METAL	INDF.	REEE	METAIS	PL. LAVR.	PLÁSTICOS	MADEIRA	R. BIO (R3)	INDF.	MONSTROS	R. BIO	OUTROSRU	
JANEIRO	7210	10580	6910	108720	480	250	1970	560	0	980	0	5340	0	4780	
FEVEREIRO	5150	6960	5410	89640	740	940	100	580	0	0	0	9470	0	3110	
MARÇO	4970	9100	5270	96560	640	670	2060	860	0	1050	0	9260	0	2890	
ABRIL	4450	8540	4820	100270	220	1280	1420	540	0	680	0	7260	0	3190	
MAIO	6760	9730	6730	104270	760	1400	1650	1010	0	280	0	9880	0	4170	
JUNHO	5710	10890	5640	97810	140	290	970	650	0	1220	0	8670	0	5970	
JULHO	8640	15250	7400	125710	840	240	850	1130	0	860	5410	12280	90	6250	
AGOSTO	7050	17010	7670	126540	1530	1200	1110	1470	0	50	0	15210	0	6930	
SETEMBRO	5890	13880	6090	112180	1140	200	1280	1110	0	350	0	10340	0	3660	
OUTUBRO	6520	9400	7260	102240	610	1820	1710	1430	0	2400	0	10240	0	4280	
NOVEMBRO	5130	9490	5830	94060	2060	500	870	910	0	3900	0	9640	0	3140	
DEZEMBRO	3680	8910	3920	97410	990	670	1220	310	0	9860	0	8410	0	3250	
TOTAL	71160	129740	72950	1255410	10150	9460	15210	10560	0	21630	5410	116000	90	51620	

R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada).

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

### Peso relativo de cada tipo de resíduo



### Evolução da recolha de resíduos

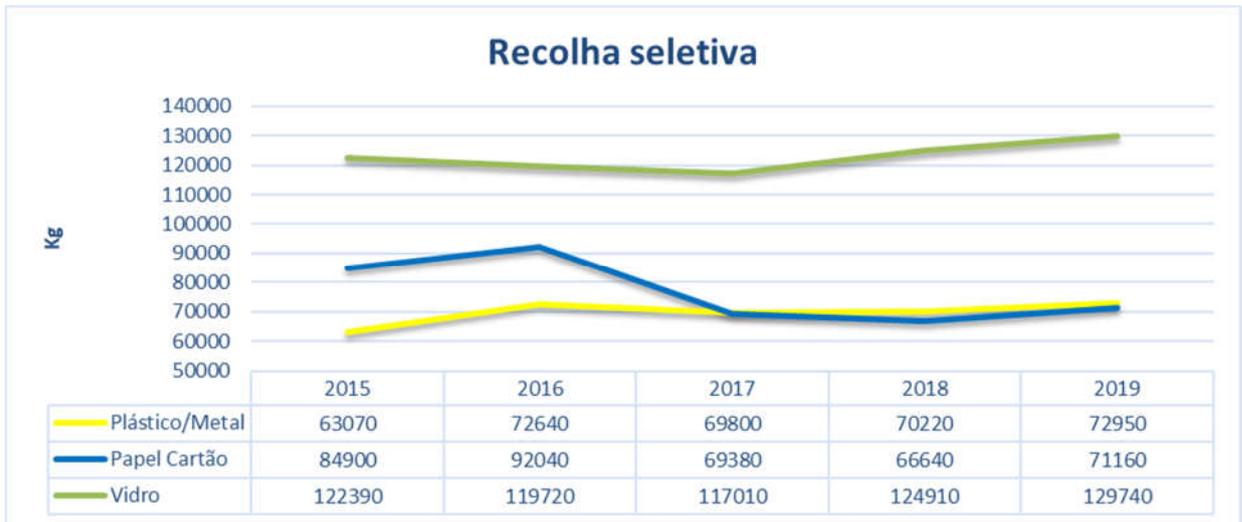
Tipo	2018	2019	Varição
Recolha seletiva	261770	273850	4,61%
Indiferenciados	1258810	1255410	-0,27%
Outros resíduos recicláveis	51470	45380	-11,83%
Resíduos verdes	21340	21630	1,36%
Outros resíduos não recicláveis	143990	173120	20,23%

Dentro da recolha de resíduos, tem particular importância a recolha dos resíduos recicláveis como o vidro, papel/cartão e o plástico/metals. Para além de ir de encontro à causa ambiental e os objetivos europeus, nacionais e regionais de aumento da reciclagem de resíduos, a nível financeiro também é vantajoso para a empresa. O aumento da quantidade de resíduos separados para a reciclagem em detrimento da recolha dos mesmos com o indiferenciado, é financeiramente vantajoso para a empresa, uma vez que os custos com o tratamento destes resíduos é elevado, enquanto que o tratamento dos reciclados não tem qualquer custo.

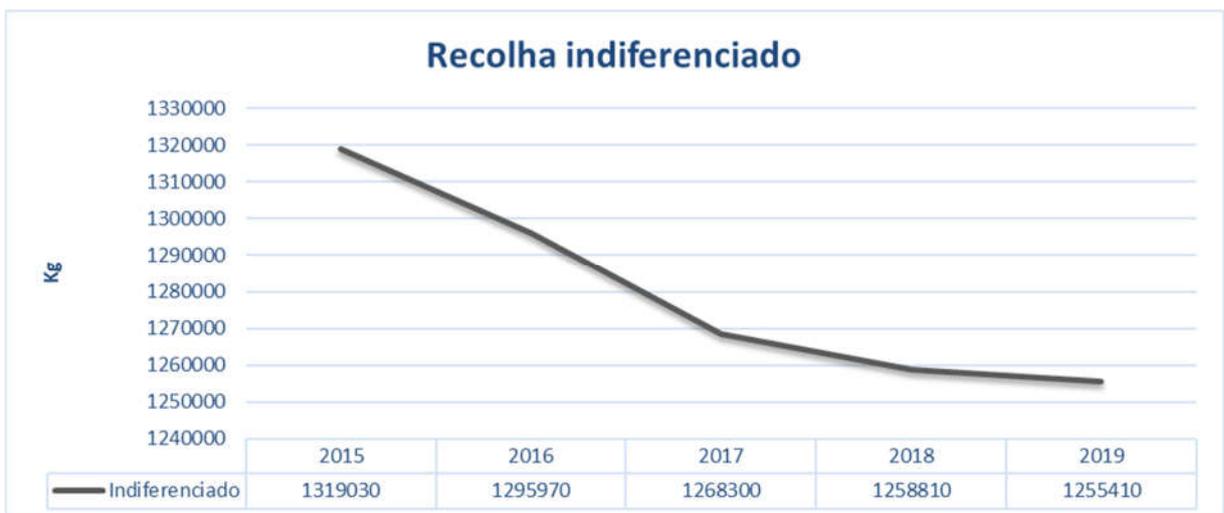
Para promover a separação dos resíduos recicláveis por parte de população, a Nordeste Ativo tem promovido ao longo dos anos várias campanhas de sensibilização e investido no serviço de recolha porta-a-porta bem como na disponibilização à população da contentorização específica para estes resíduos.

Desta forma importa analisar a evolução da recolha destes resíduos, que tem tido um comportamento positivo ao longo dos últimos anos, mas não significativo.

#### Evolução da recolha seletiva nos últimos 5 anos



#### Evolução da recolha indiferenciada nos últimos 5 anos



Apesar de se verificar uma tendência positiva ao longo dos últimos 5 anos, com a redução da recolha do lixo indiferenciado e o aumento da recolha de resíduos recicláveis, é imperativo aumentar rapidamente essa tendência positiva de modo a ir ao encontro das metas ambientais nacionais e europeias.

A percentagem de resíduos indiferenciados representa 71% do total dos resíduos recolhidos, o que indica que ainda há um longo caminho a percorrer.

Para melhorar a percentagem de reciclagem no concelho há que continuar a apostar na sensibilização da população e investir nos equipamentos e serviços de recolha seletiva.

### 3. CLIENTES

#### 3.1 Caracterização

Os clientes da Nordeste Ativo E.M., S.A. são todos os proprietários ou usufrutuários de imóveis ou negócios que residem no concelho de Nordeste e utilizam os serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos.

Desta forma a caracterização dos clientes está correlacionada com a população do concelho.

O concelho de Nordeste em termos de população é o mais pequeno da ilha de São Miguel, com uma população em 2011 de 4.920 habitantes, correspondente a cerca de 3,6% da população da ilha. O concelho tem uma área de 101,5Km<sup>2</sup>, cerca de 13,6% da área da ilha de São Miguel e está subdividido em 9 freguesias, conforme quadro abaixo:

Número de habitantes por freguesia

Nordeste	Fazenda	S. Pedro	St. António	Algarvia	Santana	Achada	Achadinha	Salga
1.341	844	273	255	290	475	436	535	488

A nível económico o concelho de Nordeste é relativamente pouco desenvolvido, o que resulta num tecido empresarial reduzido e num baixo poder de compra da população, justificando a posição do Município de não repercutir no consumidor final o custo efetivo da gestão dos sistemas de saneamento, resíduos e abastecimento de água.

Os clientes são divididos por vários tipos de consumidor conforme a atividade exercida.

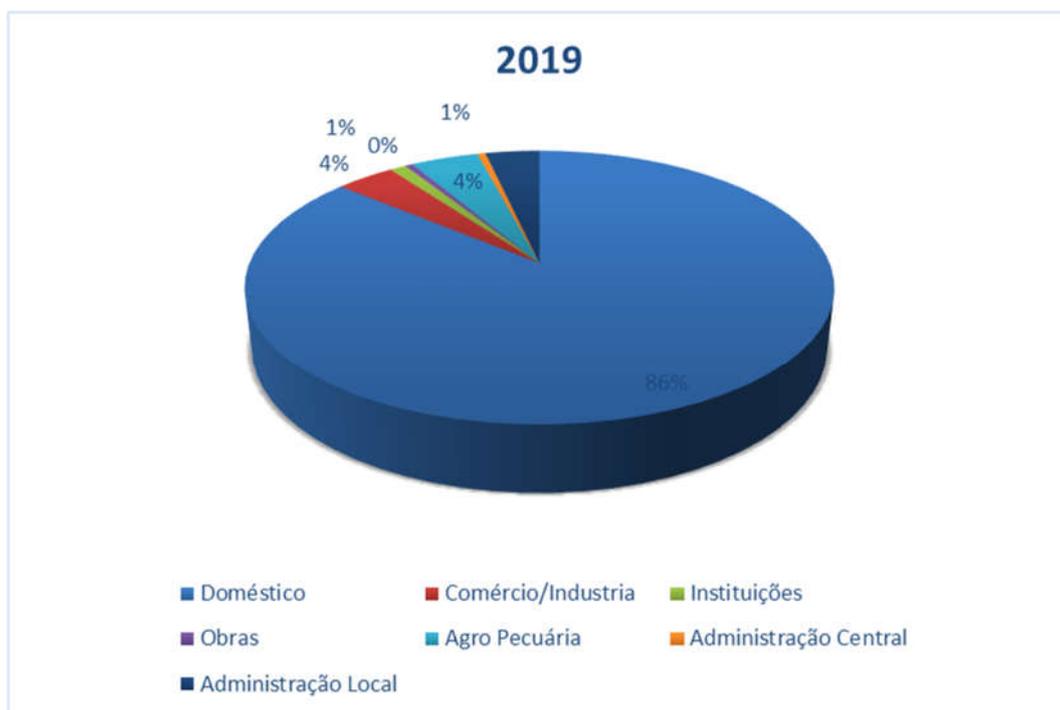
### Número de clientes por tipo de consumidor

Tipo de Consumidor	2018	2019	Variação
Doméstico	2555	2739	7,20%
Comércio/Industria	116	122	5,17%
Instituições	33	34	3,03%
Obras	16	16	0,00%
Agro Pecuária	136	140	2,94%
Administração Central	19	17	-10,53%
Administração Local	92	112	21,74%
<b>TOTAL</b>	<b>2967</b>	<b>3180</b>	<b>7,18%</b>

Os dados são referentes ao mês de dezembro.

Verificou-se no ano de 2019 um aumento significativo do número de clientes. Foram mais 213 clientes em relação ao ano anterior.

### Peso relativo de cada tipo de consumidor



### 3.2 Evolução

A nível demográfico os dados históricos indicam uma tendência de redução da população residente, resultante do envelhecimento da população e da redução da taxa de natalidade, bem como dos fluxos demográficos de migração e emigração. Esta tendência prevê-se que se venha a manter no futuro.

## Número de habitantes

1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
11.553	11.180	8.885	6.803	5.490	5.291	4.937

## Número de habitantes por grupo etário

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
<b>0 - 14 anos</b>	3.653	3.961	9.325	s/dados	1.290	1.041	876
<b>15 – 24 anos</b>	2.008	1.707	1.495	s/dados	926	810	638
<b>25 – 64 anos</b>	5.023	4.736	3.585	s/dados	2.317	2.492	2.550
<b>Mais de 65 anos</b>	710	776	870	s/dados	957	948	873

A contrariar a redução do consumo devido à redução da população, está o aumento do fluxo turístico e o aumento de unidades de alojamento e casas de veraneio no concelho. Esta é uma tendência que tem vindo a aumentar desde a liberalização do espaço aéreo nos Açores e é esperado que se mantenha a tendência de crescimento no futuro. No entanto o fluxo turístico apresenta uma atividade muito sazonal, pelo que se espera um aumento do consumo principalmente nos meses de verão.

## 4. INVESTIMENTOS

No mês de novembro deu-se início à empreitada de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a partir da nascente das Anieiras. Este projeto tem o objetivo de levar água da Achada para a Fazenda, incluindo o abastecimento a algumas freguesias ao longo do seu percurso onde se verifica alguma escassez. A empreitada está orçamentada em 868 mil euros e é co-financiada em 85% pelos fundos comunitários europeus do programa operacional PO2020. O prazo de execução da obra é de 8 meses.

Procedeu-se também em 2019 ao lançamento do concurso e adjudicação da compra de um novo veículo pesado para a recolha de resíduos sólidos urbanos. A aquisição foi adjudicada por 121 mil euros, sendo também comparticipada em 85% pelos fundos europeus do PO2020. A entrega da viatura concretizou-se em janeiro de 2020.

A empreitada de reabilitação do saneamento e abastecimento de água no lugar da Feteira Pequena prevista para iniciar em 2019, só foi obtido o visto do Tribunal de Contas em 2020, estando programado o início da obra para o mês de abril.

## 5. RECURSOS HUMANOS

Em 2019 o número de colaboradores ao serviço da empresa reduziu de 19 para 18.

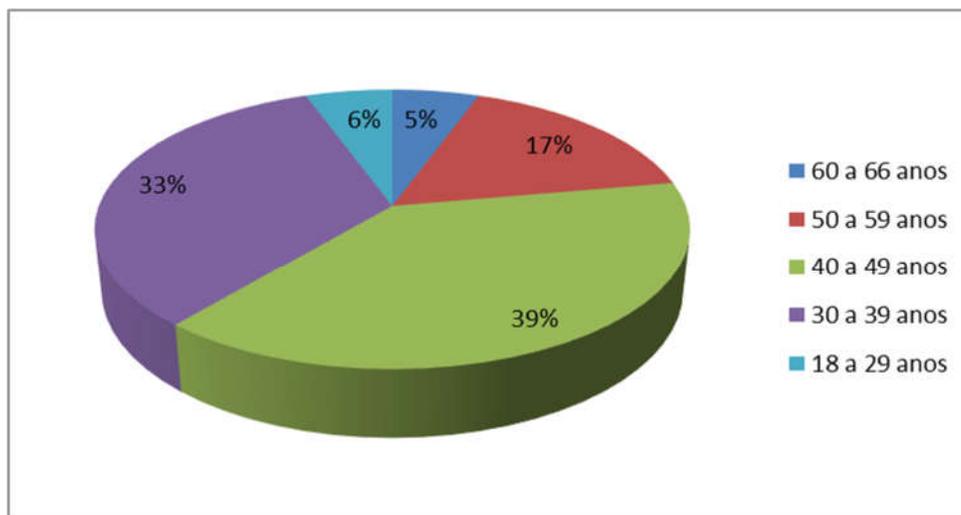
Esta redução deveu-se ao término do contrato de trabalho a termo de uma trabalhadora com a categoria profissional de estagiária.

Quadro de pessoal por categoria profissional

<b>Categoria profissional</b>	<b>Nº de colaboradores</b>
Escriturário	1
Assistente Administrativo	1
Assistente Operacional	3
Auxiliar de Serviços Gerais	3
Canalizador	1
Leitor Cobrador	1
Motorista de Pesados	3
Técnico	1
Técnico de 2º	1
Técnico de Contabilidade	1
Gestor	1
Contínuo	1
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

O quadro de pessoal da empresa é formado por 18 colaboradores, sendo 15 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Todos os colaboradores têm uma relação de trabalho com a empresa com vínculo de trabalho sem termo. A média de idade dos colaboradores é de 42 anos e é distribuída da seguinte forma:

<b>Idades</b>	<b>Nº de colaboradores</b>
60 a 66 anos	1
50 a 59 anos	3
40 a 49 anos	7
30 a 39 anos	6
18 a 29 anos	1



### Evolução dos gastos com pessoal

Rúbrica	2018	2019	Varição
Remuneração dos órgãos sociais	- €	- €	0,00%
Remuneração do pessoal	238 544,55 €	229 775,59 €	-3,68%
Encargos sobre as remunerações	49 469,89 €	49 627,00 €	0,32%
Seguros	1 461,16 €	2 328,58 €	59,37%
Gastos de acção social	7 546,47 €	8 246,80 €	9,28%
Outros gastos com pessoal	1 427,78 €	100,51 €	-92,96%
<b>TOTAL</b>	<b>298 449,85 €</b>	<b>290 078,48 €</b>	<b>-2,80%</b>

A redução de 2,80% nos gastos com o pessoal justifica-se pela redução de um posto de trabalho.

A rúbrica dos gastos de acção social contém essencialmente o custo da prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores que a empresa é obrigada a pagar ao Serviço Regional de Saúde, por norma do art. 199 da Lei 114/2017 de 29 de dezembro, do Orçamento do Estado para 2018. Este montante é apurado através da aplicação de um método de capitação, pelo que o seu valor resulta do número de trabalhadores ao serviço da empresa e não do custo efetivo dos serviços prestados àqueles trabalhadores. O valor apurado para este serviço em 2019 foi de 6.795,43€. O restante custo registado na rúbrica gastos de ação social, corresponde ao custo com o serviço de saúde e segurança no trabalho, também este serviço obrigatório por lei.

A rúbrica outros gastos com pessoal contém unicamente em 2019 os gastos com a aquisição de fardamento para o pessoal.

## 6. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

### 6.1 Análise Económica

O resultado líquido do ano de 2019 foi de 10.098,55€ cuja descrição é a seguinte:

Descrição	2018	2019
<b>Resultados operacionais</b>	94 909,86	94 442,28
<b>Resultados financeiros</b>	-94 909,86	-81 750,86
<b>Resultados antes de impostos</b>	0,00	12 691,42
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	-1 758,86	2 592,87
<b>Resultado líquido</b>	-1 758,86	10 098,55

A nível do balanço, ocorreu a seguinte evolução:

	2018	2019	Varição
<b>Ativo líquido</b>	<b>3 785 210,72</b>	<b>3 945 082,53</b>	4,22%
Não corrente	1 584 706,36	1 663 784,10	4,99%
Corrente	2 200 504,36	2 281 298,43	3,67%
<b>Capitais Próprios</b>	<b>1 473 583,22</b>	<b>1 501 064,55</b>	1,86%
Capital social	50 000,00	50 000,00	0,00%
<b>Passivo</b>	<b>2 311 627,50</b>	<b>2 444 017,98</b>	5,73%
Não corrente	124 482,75	1 082 203,92	769,36%
Corrente	2 187 144,75	1 361 814,06	-37,74%

O capital próprio da empresa em 2019 foi de 1.501.064,55€, valor superior ao ano de 2018 em 27.481,33€.

A realçar a reestruturação do passivo com a redução do passivo corrente por transferência para o passivo não corrente, fruto da reestruturação de financiamento de curto prazo em financiamento de longo prazo, conforme quadro abaixo.

Financiamento bancário	2018	2019	Varição
<b>Não corrente (Longo Prazo)</b>	124 480,76	1 082 173,52	957 692,76
<b>Corrente (Curto Prazo)</b>	1 535 217,23	674 472,72	-860 744,51
<b>TOTAL</b>	1 659 697,99	1 756 646,24	96 948,25

O início da empreitada de construção da adutora de abastecimento de água à Lomba da Fazenda a partir da nascente das Anieiras no final do ano de 2019, fez aumentar no final do ano o saldo em dívida a fornecedores e financiamento bancário resultante da faturação e pagamento dos trabalhos executados. No entanto sendo esta uma obra co-financiada em 85% pelos fundos comunitários PO2020, a comparticipação correspondente foi recebida em 2020.

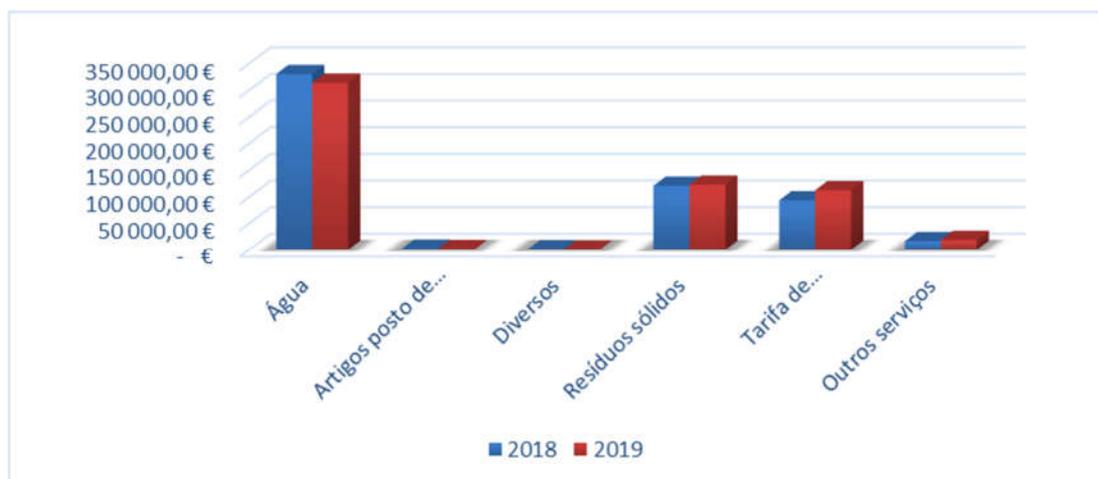
## 6.2 Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2019 atingiram o montante de 774.777,82€, com a seguinte estrutura:

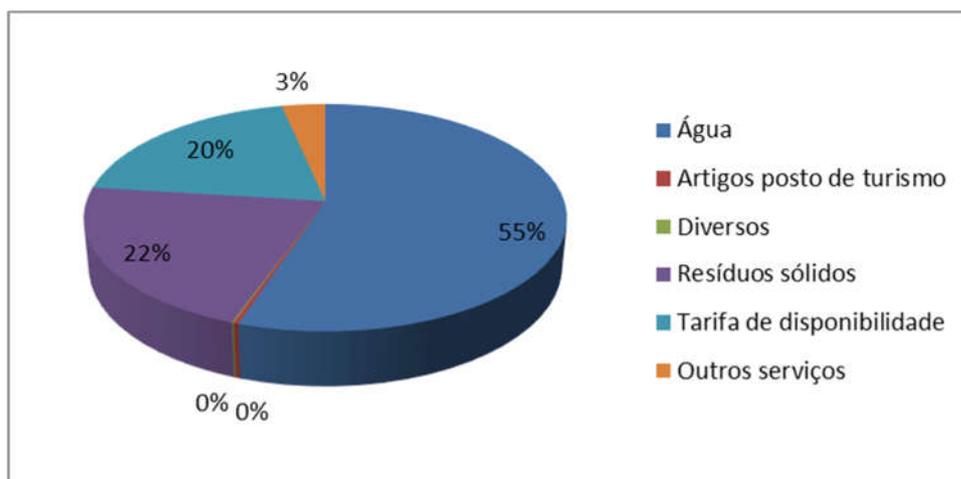
Rendimentos	2018	2019
Vendas	334 107,23 €	316 232,61 €
Prestação de serviços	230 573,18 €	254 198,94 €
Subsídios à exploração	185 341,25 €	147 091,00 €
Aumentos	11,83 €	180,94 €
Outros rendimentos	63 725,52 €	57 074,33 €
<b>TOTAL</b>	<b>813 759,01 €</b>	<b>774 777,82 €</b>

A evolução do rédito da empresa detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	2018	2019	Varição
<b>VENDAS</b>			
Água	330 292,99 €	313 992,67 €	-4,94%
Artigos posto de turismo	2 670,01 €	1 687,06 €	-36,81%
Diversos	1 144,23 €	552,88 €	-51,68%
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>			
Resíduos sólidos	120 519,83 €	122 828,38 €	1,92%
Tarifa de disponibilidade	93 277,84 €	112 190,74 €	20,28%
Outros serviços	16 775,51 €	19 179,82 €	14,33%
<b>TOTAL</b>	<b>564 680,41 €</b>	<b>570 431,55 €</b>	1,02%



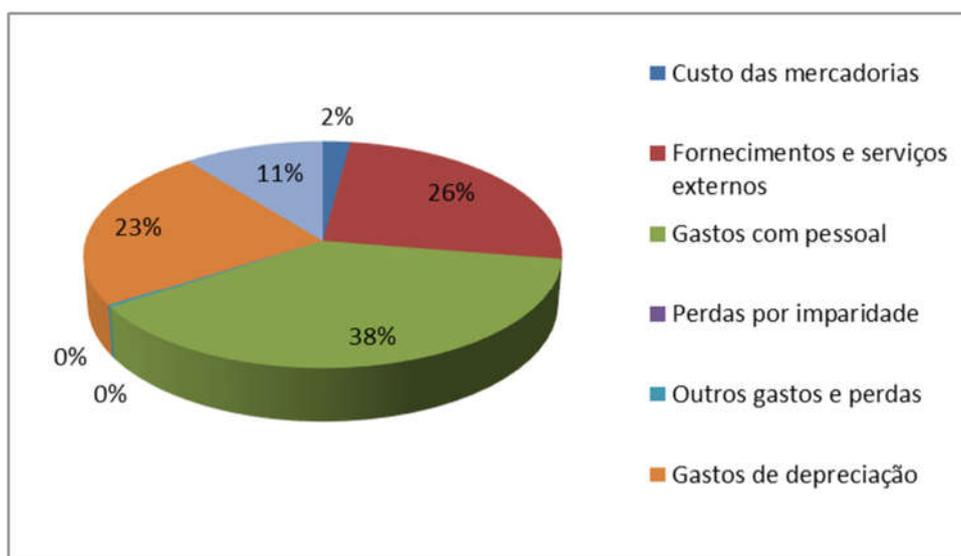
### Peso relativo de cada rendimento



### 6.3 Gastos

Gastos	2018	2019	Varição
Custo das mercadorias	16 972,64 €	15 957,97 €	-5,98%
Fornecimentos e serviços externos	272 805,45 €	193 825,75 €	-28,95%
Gastos com pessoal	298 404,85 €	290 078,48 €	-2,79%
Perdas por imparidade	1 486,74 €	- €	-100,00%
Outros gastos e perdas	9 902,68 €	2 276,93 €	-77,01%
Gastos de depreciação	119 276,79 €	178 196,41 €	49,40%
Gastos e perdas de financiamento	94 909,86 €	81 750,86 €	-13,86%
<b>TOTAL</b>	<b>813 759,01 €</b>	<b>762 086,40 €</b>	<b>-6,35%</b>

### Peso relativo dos gastos



## Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	2018	2019	Variação
Subcontratos	52 870,21 €	60 257,67 €	13,97%
Trabalhos especializados	67 952,25 €	46 434,72 €	-31,67%
Publicidade e propaganda	160,48 €	240,72 €	50,00%
Vigilância e segurança	- €	475,50 €	100,00%
Honorários	40 841,16 €	7 866,72 €	-80,74%
Conservação e reparação	38 547,95 €	26 926,99 €	-30,15%
Serviços bancários	530,10 €	615,76 €	16,16%
Serviços especializados	1 057,50 €	- €	-100,00%
Taxas ERSARA	5 990,93 €	6 080,97 €	1,50%
Ferramentas e utensílios	140,77 €	- €	-100,00%
Material de escritório	3 232,16 €	1 262,28 €	-60,95%
Artigos para oferta	- €	25,00 €	100,00%
Outros materiais	- €	- €	0,00%
Eletricidade	9 072,50 €	7 339,15 €	-19,11%
Combustíveis	33 484,02 €	23 854,51 €	-28,76%
Gás	16,86 €	- €	100,00%
Deslocações e estadas	319,71 €	808,50 €	152,89%
Rendas e alugueres	705,50 €	615,48 €	-12,76%
Comunicação	10 308,03 €	6 773,71 €	-34,29%
Seguros	4 552,79 €	3 552,21 €	-21,98%
Contencioso e notariado	2 131,00 €	148,00 €	-93,05%
Despesas de representação	60,90 €	- €	-100,00%
Limpeza, higiene e conforto	445,92 €	407,44 €	-8,63%
Outros materiais	157,92 €	- €	-100,00%
Outros serviços	226,79 €	140,42 €	-38,08%
<b>TOTAL</b>	<b>272 805,45 €</b>	<b>193 825,75 €</b>	<b>-28,95%</b>

Verifica-se no ano de 2019 uma redução substancial a nível de todos os gastos, à exceção dos gastos de depreciação. Este aumento nos custos dos gastos de depreciação resulta da decisão de abandonar alguns projetos em curso na área do desporto e abastecimento de água que devido às circunstâncias atuais já não fazem sentido ou foram substituídos por novos projetos.

### 6.4 Indicadores Financeiros

Rácios	2018	2019	Variação
Divida líquida financeira	7,79%	4,19%	-46,23%
Rendibilidade operacional	37,93%	47,80%	26,01%
Autonomia financeira	38,93%	38,05%	-2,26%
Solvabilidade	63,75%	61,42%	-3,65%

Divida líquida financeira = Passivo MLP / (Passivo MLP + Capital Próprio)

Rendibilidade operacional = EBITDA / Vendas e prestação de serviços

Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo

## 6.5 Evolução Previsível

O exercício de 2019 marca o regresso da empresa aos resultados positivos, após dois exercícios consecutivos com resultados negativos.

A celebração do contrato de gestão delegada que prevê a atribuição de subsídios à exploração nos próximos 5 anos, a trajetória de redução dos custos de últimos 2 anos e a reestruturação do passivo da empresa, deixam a empresa mais sólida e fazem-nos prever que nos próximos anos a empresa continuará a apresentar resultados positivos.

Para 2020, com a propagação do vírus COVID-19 e as medidas para combater a pandemia, a economia forçosamente entrará em recessão, afetando necessariamente também a Nordeste Ativo.

No entanto a procura dos bens e serviços da empresa são pouco flexíveis e estão mais relacionadas com fatores meteorológicos, nomeadamente a precipitação, pelo que não é de esperar uma forte redução nas vendas. A empresa face aos resultados e medidas tomadas em 2019, está mais do que nunca preparada para enfrentar os desafios e adversidades que poderão surgir.

A nível de investimentos, a empresa tem garantidos os financiamentos para os investimentos que vão continuar e os que estão previstos iniciar em 2020, que são co-financiados pelos fundos comunitários europeus do PO2020. A concretização de novos investimentos para além de 2020 estará fortemente condicionada ao surgimento de novos programas de co-financiamento europeu.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício de 2019, no valor de 10.098,55€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....10.098,55€

## 8. NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece:

- ✓ à **Câmara Municipal de Nordeste** pela confiança e apoio demonstrados;
- ✓ aos membros da **Assembleia Geral** pela colaboração dispensada;
- ✓ ao **Revisor Oficial de Contas** e **Técnico Oficial de Contas** pela rigor e transparência das nossas contas;
- ✓ à **ERSARA** pela incentivo à prestação de um serviço de qualidade;
- ✓ aos **Clientes** pela utilização dos nossos serviços;
- ✓ a todos os **Colaboradores** da empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados;
- ✓ a todos os **Fornecedores** pelo interesse e pela qualidade dos serviços;
- ✓ de forma geral, a todas as **Entidades** que colaboraram connosco no ano de 2019.

Nordeste, 26 de Março de 2020

O Conselho de Administração

António Miguel Borges Soares

(Presidente do Conselho de Administração)

Natália de Conceição Rego Borges

(Vogal)

João de Deus Andrade Sousa

(Vogal)

# Demonstrações Financeiras

**Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2019**

(em euros)

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Vendas e serviços prestados	3/13/20	570.431,55	564.680,41
Subsídios à exploração	3/5/15	147.091,00	185.341,25
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/9	- 15.957,97	- 16.972,64
Fornecimentos e serviços externos	19/20	- 193.825,75	- 272.805,45
Gastos com o pessoal	3/5/18/20	- 290.078,48	- 298.404,85
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-	- 1.486,74
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor	10	180,94	11,83
Outros rendimentos	19	57.074,33	63.725,52
Outros gastos	19	- 2.276,93	- 9.902,68
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>272.638,69</b>	<b>214.186,65</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/6	- 178.196,41	- 119.276,79
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>94.442,28</b>	<b>94.909,86</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3/10/11/19	- 81.750,86	- 94.909,86
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12.691,42</b>	-
Imposto sobre o rendimento do período	3/17	- 2.592,87	- 1.758,86
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>10.098,55</b>	<b>1.758,86</b>

## Balço em 31 de Dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3/6/20	1.543.240,30	1.583.454,76
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	3/7	118.812,62	-
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-
Outros investimentos financeiros	3/10	1.731,18	1.251,60
Créditos a receber		-	-
Ativos por impostos diferidos	3	-	-
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>1.663.784,10</b>	<b>1.584.706,36</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3/9	43.337,13	36.604,58
Ativos biológicos		-	-
Cientes	3/10	99.291,58	91.069,24
Estado e outros entes públicos	3/19	17.045,69	16.775,98
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	3/10/19	2.009.108,19	2.051.159,53
Diferimentos	3/19	429,55	1.855,79
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	3/4/10	112.086,29	3.039,24
<b>Total ativo corrente</b>		<b>2.281.298,43</b>	<b>2.200.504,36</b>
<b>Total ativo</b>		<b>3.945.082,53</b>	<b>3.785.210,72</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	5/10/19	50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	10/19	2.776,34	2.776,34
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	19	- 414.813,61	- 413.054,75
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15/19	1.853.003,27	1.835.620,49
<b>Resultado líquido do período</b>	19	<b>10.098,55</b>	<b>- 1.758,86</b>
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
<b>Total capital próprio</b>	<b>19</b>	<b>1.501.064,55</b>	<b>1.473.583,22</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	3/10/11	1.082.173,52	124.480,76
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	3/17	30,40	1,99
Outras dívidas a pagar		-	-
<b>Total passivo não corrente</b>		<b>1.082.203,92</b>	<b>124.482,75</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3/10	40.662,83	126.507,53
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	3/19	9.110,02	6.118,35
Financiamentos obtidos	3	674.472,72	1.535.217,23
Outras dívidas a pagar	3/10/11/19	637.568,49	519.301,64
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
<b>Total passivo corrente</b>		<b>1.361.814,06</b>	<b>2.187.144,75</b>
<b>Total passivo</b>		<b>2.444.017,98</b>	<b>2.311.627,50</b>
<b>Total capital próprio e passivo</b>		<b>3.945.082,53</b>	<b>3.785.210,72</b>

Nordeste Ativo E.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período

2018

(Em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
<b>Posição no início do período 2018</b>	1	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	410.849,58	-	1.879.594,40	2.205,17	1.519.315,99	-	1.519.315,99
<b>Alterações no Período</b>														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas												-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-	-	-
Realização do excedente de revalorização												-	-	-
Excedentes de revalorização												-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos												-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								2.205,17		43.973,91	2.205,17	43.973,91		43.973,91
	2	-	-	-	-	-	-	2.205,17	-	43.973,91	2.205,17	43.973,91	-	43.973,91
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3										1.758,86	1.758,86	-	1.758,86
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3										446,31	45.732,77	-	45.732,77
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações														-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período 2018</b>	6=1+2+3+5	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	413.054,75	-	1.835.620,49	1.758,86	1.473.583,22	-	1.473.583,22

Nordeste Ativo E.M., S.A.

Demonstração (Individual/Consolidada) das Alterações no Capital Próprio no Período

2019

(Em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
<b>Posição no início do período 2019</b>	6	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	413.054,75	-	1.835.620,49	1.758,86	1.473.583,22	-	1.473.583,22
<b>Alterações no Período</b>														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização														-
Excedentes de revalorização														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								1.758,86		17.382,78	1.758,86	17.382,78		17.382,78
	7	-	-	-	-	-	-	1.758,86	-	17.382,78	1.758,86	17.382,78	-	17.382,78
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8										10.098,55	10.098,55	-	10.098,55
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8										11.857,41	27.481,33	-	27.481,33
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações														-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período 2019</b>	6+7+8+10	50.000,00	-	-	-	2.776,34	-	414.813,61	-	1.853.003,27	10.098,55	1.501.064,55	-	1.501.064,55

## Fluxos de caixa de 1 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		707.676,22	600.364,03
Pagamentos a fornecedores	-	387.717,49	267.154,76
Pagamentos ao pessoal	-	282.001,66	281.060,72
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>37.957,07</b>	<b>52.148,55</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	1.765,87	1.479,00
Outros recebimentos/pagamentos		308.320,25	201.428,50
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>344.511,45</b>	<b>252.098,05</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-	125.960,34	25.921,40
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		2.500,00	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	-	<b>123.460,34</b>	<b>25.921,40</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1.307.207,39	194.192,61
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-	1.351.841,45	348.424,62
Juros e gastos	-	67.370,00	94.909,86
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	-	<b>112.004,06</b>	<b>249.141,87</b>
Variação de caixa e seus equivalentes		109.047,05	22.965,22
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.039,24	26.004,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		112.086,29	3.039,24

# ANEXO

## 1. Identificação da Entidade

### 1.1. Designação da entidade

NORDESTE ATIVO E.M., S.A.

### 1.2. Sede

Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 A, freguesia e concelho de Nordeste

### 1.3. Natureza da atividade

A NORDESTE ATIVO E.M., S.A. é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima, constituída em 5 de setembro de 2005. A entidade tem como objeto social:

- a) A gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, a higiene pública no concelho do Nordeste;
- b) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura, desporto, turismo e atividades recreativas.

Em complemento daquelas atividades, poderá a Empresa Municipal exercer, diretamente ou em colaboração com terceiros, atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A entidade encontra-se, portanto, registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, e 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos e 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória, como atividades secundárias.

#### **1.4. Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas**

O capital social da entidade, no valor de 50.000,00€, é totalmente detido pela Câmara Municipal de Nordeste sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, local onde pode ser obtidas as demonstrações financeiras consolidadas.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, e altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística;

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que provocassem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que as mesmas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

**3. Principais Políticas Contabilísticas:**

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas, elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF, foram preparadas no pressuposto da continuidade.

**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:**

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes da Estrutura Conceptual enquanto parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e de acordo com as disposições de cada NCRF para o efeito.

### **Ativos fixos tangíveis**

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos AFT imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Existindo algum indício de uma alteração significativa da vida útil de determinado item do AFT é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos do ativo fixo tangível são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gastos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **Ativos Intangíveis**

Os itens do ativo intangível são classificados para reconhecimento como um ativo se, e apenas se, forem identificáveis. Um ativo satisfaz o critério de identificabilidade na definição de um ativo intangível quando:

- a) For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou
- b) Resultar de direitos contratuais ou de outros legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível é inicialmente mensurado pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

Um ativo intangível com uma vida indefinida não é amortizado, sendo revistos a cada período os acontecimentos e circunstâncias que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

### **Imparidade de ativos**

À data de cada relato financeiro, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)” ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as mesmas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica supra referida sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores. Não é permitida a reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio.

## **Inventários**

Os inventários são ativos (a) detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; (b) no processo de produção para tal venda; ou (c) na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de compra de inventários inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade), os custos de transporte, manuseamento e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

## **Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja ao justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros deverá ser, em cada data de relato, reconhecidas na demonstração de resultados pelo justo valor, exceto:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado

menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam i) de montante fixo, ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Exemplos de instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado:

- Clientes e outros créditos a receber ou outras dívidas a pagar, bem como empréstimos bancários;
- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Créditos a receber ou dívidas a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados;
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis; ou
- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

Na categoria de instrumentos financeiros incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a) Clientes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal, e mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

#### **c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Custos dos Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## **Rédito**

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

## **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no

balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

### **Acontecimentos Subseqüentes**

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles subseqüentes, favoráveis e desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Poderão ser identificados dois tipos de acontecimentos: os que dão lugar a ajustamentos e que, como tal, proporcionam prova de condições que existiam à data do balanço; e os que não dão lugar a ajustamentos, sendo indicativos de condições que surgiram após a data do balanço e que, como tal, devem ser divulgados.

### **Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui

diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos, ativos e passivos, são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a menos que resultem do reconhecimento inicial do *trespasse (goodwill)*, do reconhecimento inicial de um Ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico (perda contabilística) nem o lucro tributável (perda fiscal).

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

### **Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

### **3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.**

Todas as políticas contabilísticas relevantes foram mencionadas no ponto anterior.

### **3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram mais impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.**

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

**3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos durante o período contabilístico seguinte.**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análise de imparidades, nomeadamente, de créditos a receber;
- c) Gastos com pessoal referentes a férias/ subsídio de férias a pagar no exercício seguinte.

## **4. Fluxos de Caixa**

### **4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que

não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Débitos</b>	<b>Créditos</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	684,91	595.090,89	595.585,90	<b>189,90</b>
Depósitos à Ordem	2.354,33	2.631.797,27	2.522.255,21	<b>111.896,39</b>
Outros Depósitos Bancários				
<b>Total de Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>3.039,24</b>			<b>112.086,29</b>
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

## **5. Partes relacionadas**

Uma parte está relacionada com uma entidade se:

- (a) Direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:
  - Controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum de uma entidade;
  - Tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou
  - Tiver um controlo conjunto sobre a entidade.
- (b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja o empreendedor de acordo com a NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e interesses em associadas; ou
- (c) A parte for membro do pessoal chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe.

### **5.1. Relacionamento com empresas-mãe**

A Nordeste Ativo E.M., S.A. é detida em 100% pela Câmara Municipal de Nordeste, contribuinte número 512 042 659, sediada na Praça da República, concelho de Nordeste, sendo as demonstrações financeiras

consolidadas na mesma. A empresa-mãe imediata é a controladora final tendo a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras que são disponibilizadas para uso público.

As entidades que participam no capital da entidade declarante e as entidades em que a mesma participa apresentam-se, resumidamente, com as seguintes características:

**Entidades que participam no capital da empresa declarante**

NIF	512 042 659
Denominação	Câmara Municipal de Nordeste
Sede	Praça da República, Nordeste
Participação imediata no capital social - valor	50,000.00 €
Participação imediata no capital social - %	100%
Participação de direitos de voto - %	100%
Data de início da participação no capital da empresa	05-09-2005
É a entidade controladora final?	Sim

**Entidades em que a empresa declarante participa**

NIF	512 092 095
Denominação	Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos e Turísticos do Nordeste, S.A.
Sede	Rua António Alves de Oliveira, 46, Nordeste
Natureza da relação	Associada
Consolidação de Contas do Grupo	Sim
Método de Consolidação de Contas	Método de Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	Sem informação financeira
Resultado Líquido do último exercício	Sem informação financeira
Participação imediata no capital social - valor	24,500.00 €
Participação imediata no capital social - %	49%
Participação de direitos de voto - %	49%
Data de início da participação no capital da empresa	23-09-2005

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

## 5.2. Transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as transações de natureza comercial e os saldos pendentes com partes relacionadas eram, resumidamente, os que se apresentam:

	Rubrica	Empresa-mãe - CMN	Associada - Gedernor
2019	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	50.580,48	
	Subsídios à Exploração Obtidos	147.091,00	
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	
	Contas a Receber Correntes	4.126,15	282.013,31
2018	Serviços Obtidos	-	-
	Serviços Prestados	54.759,10	-
	Subsídios à Exploração Obtidos	185.341,25	-
	Contas a Pagar Correntes	33.870,00	-
	Contas a Receber Correntes	1.177,49	282.013,31

No exercício de 2015 foi reconhecida a imparidade dos saldos devedores da Associada Gedernor, S.A. considerando a situação de insolvência em que se encontra. Por decisão da Administração da empresa, aquele ajustamento foi levado a resultados transitados.

## 6. Ativos Fixos Tangíveis

### 6.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

#### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### **b) Métodos de depreciação usados**

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no montante de 118.799,03€ (119.276,79€ em 2018) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

#### **c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho. Para bens de investimento de valor reduzido (inferior a 1.000,00€) assumiu-se a vida útil de um ano.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>	n/a
<b>Edifícios e Outras Construções</b>	Entre 4 e 50 anos
<b>Equipamento Básico</b>	Entre 4 e 50 anos
<b>Equipamento de Transporte</b>	Entre 4 e 10 anos
<b>Equipamento Administrativo</b>	Entre 3 e 8 anos
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis</b>	Entre 3 e 10 anos

**d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	184.054,50	946.266,93	469.914,20	489.582,18	16.519,40	30.213,11	416.918,83	2.553.469,15
2	Depreciações acumuladas iniciais		261.748,51	284.102,49	383.914,03	16.519,40	23.729,26		970.013,69
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								-
4	quantia líquida escriturada inicial (4= 1-2-3)	184.054,50	684.518,42	185.811,71	105.668,15	-	6.483,85	416.918,83	1.583.455,46
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	46.215,57	22.455,95	42.837,19	-	1.113,79	72.407,34	40.215,16
5,1	Total das adições	-	948,02	3.744,81	11.118,56	1.433,70	50,00	250.617,34	267.912,43
Adições	Aquisições em 1.ª mão		948,02	3.744,81		1.433,70	50,00	250.617,34	256.793,87
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								-
	Outras aquisições								-
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								-
	Trabalhos para a própria entidade								-
	Acréscimo por revalorização								-
	Outras				11.118,56				11.118,56
5,2	Total das diminuições	-	47.163,59	26.200,76	53.955,75	1.433,70	1.163,79	178.210,00	308.127,59
Diminuições	Depreciações		47.163,59	26.200,76	42.837,19	1.433,70	1.163,79		118.799,03
	Perdas por imparidade								-
	Alienações				11.118,56				11.118,56
	Abates								-
	Outras							178.210,00	178.210,00
5,3	Reversões de perdas por imparidade								-
5,4	Transferências de AFT em curso								-
5,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda								-
5,6	Outras transferências								-
6	Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	184.054,50	638.302,85	163.355,76	62.830,96	-	5.370,06	489.326,17	1.543.240,30
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida								-

As obrigações financeiras por locações de ativos fixos tangíveis são garantidas pela entrega de livrança a favor do Locador, com montante e data de vencimento em branco, ficando o locador com a faculdade de proceder ao respetivo preenchimento de acordo com o estipulado na Autorização de Preenchimento de Livrança.

À data de relato financeiro a empresa apresentava um saldo de 489.326,17€ (416.918,13€ em 2018) em investimentos em curso discriminado como se apresenta:

- |       |   |             |
|-------|---|-------------|
| i)    | Construção da Adutora da Tronqueira   | 67.737,50€  |
| ii)   | Construção de Reservatório na Vila do Nordeste                                    | 6.405,62€   |
| iii)  | Execução de Estações de Tratamento de Água  | 30.780,00€  |
| iv)   | Construção da Adutora à Lomba da Fazenda  | 327.703,05€ |
| v)    | Saneamento Águas Residuais Santana  | 11.700,00€  |
| vi)   | Redes de drenagem da lomba de Santana   | 8.300,00€   |
| vii)  | Saneamento águas residuais de Santo António                                       | 12.500,00€  |
| viii) | Saneamento básico/conduitas Rua Arraiado da Lomba da Fazenda                      | 3.100,00€;  |
| ix)   | Saneamento básico/ Pavimentos da Salga  | 14.500,00€; |
| x)    | Saneamento águas residuais domésticas e construção da estação da Vila de Nordeste | 6.600,00€   |

O Conselho de Administração continua a manifestar intenção de investimento em cada projeto em curso.

## **7. Ativos Intangíveis**

### **a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta**

Os itens do ativo intangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições necessárias de funcionamento. Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

### **b) Métodos de depreciação usados**

A quantia amortizável de um ativo intangível com uma vida finita é imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, cessando na data em que o ativo for desreconhecido.

### **c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Ativo intangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
<b>Programas de Computador</b>	3 anos
<b>Projetos de desenvolvimento</b>	3 anos

**d) Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:**

Descrição		Programas de Computador	Projetos de Desenvolvimento	Total
<b>Com vida útil indefinida:</b>				
1	Quantia bruta escriturada inicial			
2	Perdas por imparidade acumuladas			
3	Quantia líquida escriturada final			
<b>Com vida útil finita:</b>				
4	Quantia bruta escriturada inicial	10.266,00		<b>10.266,00</b>
5	Amortizações acumuladas iniciais	10.266,00		<b>10.266,00</b>
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais			
7	Quantia líquida escriturada inicial (7= 4-5-6)			
8	Movimentos do período: (8=8.1-8.2+8.3+...+8.6)		118.812,62	<b>118.812,62</b>
8,1	Total das adições			
8,2	Total das diminuições		59.397,38	<b>59.397,38</b>
Diminuições	Amortizações		59.397,38	<b>59.397,38</b>
	Perdas por imparidade			
	Alienações			
	Abates			
	Outras			
8,3	Reversões de perdas por imparidade			
8,4	Transferências de intangíveis em curso		178.210,00	<b>178.210,00</b>
8,5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda			
8,6	Outras transferências			
9	Quantia líquida escriturada final (9=7+8)		118.812,62	<b>118.812,62</b>
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida			

## 8. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

### 8.1 Investimentos em associadas

O investimento na associada Gedernor, S.A. foi, inicialmente, registado pelo seu custo e, posteriormente, por indicação do Conselho de Administração, desreconhecido com reflexo nos capitais próprios na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros”, na sequência dos resultados apresentados nos últimos exercícios económicos e, consequentemente, do valor do seu capital próprio. A quota-parte nas perdas foi reconhecida até ao montante do investimento efetuado sem que se tenha reconhecido perdas adicionais uma vez que não se verificaram condições que o justificassem.

Até à data em que as demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão não houve acesso a qualquer informação financeira da participada Gedernor, S.A., atualmente em situação de insolvência.

**a) Informação sobre as quantias escrituradas e movimentos no período decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial**

A participada tem registado resultados líquidos insuficientes sem que outras alterações no seu capital próprio se tenham verificado a ponto de o mesmo se tornar positivo, pelo que não se verificaram quaisquer movimentos no período decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, mantendo-se a participação com valor nulo.

**9. Inventários**

**9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra, o transporte e outros gastos diretamente atribuíveis à respetiva aquisição. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para realizar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Os inventários são mensurados ao custo médio de aquisição.

**9.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas; Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período**

Descrição	2019			2018		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	214,75	36.389,83	36.604,58	129,76	47.242,25	47.372,01
Compras	1.766,52	20.924,00	22.690,52	2.268,25	3.936,96	6.205,21
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais	129,76	43.207,37	43.337,13	214,75	36.389,83	36.604,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.851,51	14.106,46	15.957,97	2.183,26	14.789,38	16.972,64
<b>Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:</b>						
Ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários						
Ajustamentos/ perdas por imparidade acumuladas em inventários						
Reversão de ajustamentos/ perdas por imparidade do período em inventários (negociantes)						
Inventários dados como penhor de garantia a passivos						
Mercadorias em trânsito						
Adiantamentos por conta de compras						
Quantias (líquidas) escrituradas de inventários	129,76	43.207,37	43.337,13	214,75	36.389,83	36.604,58

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 10.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

### 10.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

#### a) Clientes

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes perdas e reversões de imparidade:

Descrição	2019			2018		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber de clientes	-		-	- 1.486,74		- 1.486,74
Outras dívidas a receber			-			-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	- 1.486,74	-	- 1.486,74

À data de relato financeiro o saldo de clientes totalizava 9.291,58€ (91.069,24€ em 2018) incluindo clientes de cobrança duvidosa que apresentam os seguintes montantes:

Descrição	Valor
<b>Em mora:</b>	
Há menos de seis meses	
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	288.020,59
Perdas por imparidade acumuladas	- 288.020,59
<b>TOTAL</b>	-

#### **b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2019	2018
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
<b>Ativos</b>		
Caixa	189,90	684,91
Depósitos Bancários	111.896,39	2.354,33
Outros Depósitos Bancários		
<b>Total</b>	<b>112.086,29</b>	<b>3.039,24</b>

#### **c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

À data de relato financeiro o saldo de fornecedores totalizava 40.662,83€ (126.507,53€ em 2018).

#### **d) Decomposição dos instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2019			2018		
	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas	Justo Valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Imparidades acumuladas
<b>Activos Financeiros:</b>	<b>1.731,18</b>	<b>2.108.399,77</b>	<b>286.533,85</b>	<b>1.251,60</b>	<b>2.142.228,77</b>	<b>286.533,85</b>
<b>Cientes</b>		99.291,58	286.533,85		91.069,24	286.533,85
<b>Outros créditos a receber</b>		2.009.108,19			2.051.159,53	
<b>Outros investimentos financeiros</b>	1.731,18			1.251,60		
<b>Passivos Financeiros:</b>	<b>-</b>	<b>2.434.877,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.305.507,16</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores</b>		40.662,83			126.507,53	
<b>Financiamentos obtidos</b>		1.756.646,24			1.659.697,99	
<b>Outras dívidas a pagar</b>		637.568,49			519.301,64	

#### e) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e mensurado ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados na rubrica de “aumentos/ reduções de justo valor”.

Para valorização considerou-se o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo assumindo-o como referencial prático para o efeito, à data de 31/12/2019:

Descrição	Entregas FCT	Valor Unitário do Fundo a 31/12/2019	Valorização FCT
<b>Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) até 31/12/2019</b>	1.550,24	1,11672	1.731,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.550,24</b>		<b>1.731,18</b>

À data de relato financeiro a rubrica de “aumentos/reduções de justo valor” apresentava, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2019		2018	
	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor	Perdas por Redução do Justo Valor	Ganhos por Aumento do Justo Valor
<b>Outro Investimentos Financeiros:</b>				
<b>Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)</b>		180,94		11,83
<b>Total</b>		<b>180,94</b>		<b>11,83</b>

Considerando que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada gasto/ rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora, há lugar ao reconhecimento de impostos diferidos que à data de relato financeiro apresentavam a seguinte decomposição:

	2018	2018
<b>Aumento de justo valor</b>	180,94	11,83
<b>Redução de justo valor</b>		
	<b>180,94</b>	<b>11,83</b>
<b>Passivo por Impostos diferidos</b>	- 30,40	- 1,99
<b>Ativo por Impostos diferidos</b>		

#### f) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo custo. O valor dos empréstimos contraídos e reconhecidos à data do balanço era o que se apresenta:

Descrição	Valor atual do empréstimo		Custos de empréstimos obtidos anuais	Dos quais Juros Suportados
	Corrente	Não Corrente		
<b>Empréstimos genéricos:</b>				
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>	674.472,72	1.082.173,52	81.750,86	64.796,15
<b>Mercado de valores mobiliários</b>				
<b>Participantes de capital:</b>				
<b>Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos</b>				
<b>Outros participantes - suprimentos e outros mútuos</b>				
<b>Dos quais: Empresas participantes</b>				
<b>Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>1.756.646,24</b>		<b>81.750,86</b>	<b>64.796,15</b>
<b>Dos quais: não residentes</b>				

Os movimentos registados no exercício relacionados com o reforço e/ou amortização de financiamentos obtidos foram os que, resumidamente, se apresentam:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Reforços	Amortizações	Quantia escriturada final
<b>Contas Correntes Caucionadas:</b>				
Santander Totta	250.000,00	450.000,00	700.000,00	
Novo Banco dos Açores, S.A.	487.792,61	57.207,39	545.000,00	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	580.000,00			580.000,00
<b>Empréstimos ao Investimento:</b>				
Santander Totta	87.083,39		9.166,66	77.916,73
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	212.581,15		74.013,07	138.568,08
Santander Totta	24.093,26		9.432,76	14.660,50
NB Açores n.º 2371	18.147,58		1.851,99	16.295,59
NBA Fin. n.º 001619000015387		800.000,00		800.000,00
Crédito Agrícola 56068407833 (3950812)		129.205,34		129.205,34
<b>Total</b>	<b>1.659.697,99</b>	<b>507.207,39</b>	<b>1.328.179,73</b>	<b>1.756.646,24</b>

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2019 o valor das garantias prestadas, por instituição bancária era de:

- Novo Banco dos Açores 109.500,00€

### 10.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da entidade, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000,00€ era composto por cinquenta mil ações ordinárias com o valor nominal de um euro cada.

#### 1) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2019 a reserva legal ascendia a 2.776,34€ (2.776,34€ em 2018).

## 11. Custos dos Empréstimos Obtidos

### 11.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

### 11.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos anual suportada

No período de relato financeiro os custos anuais suportados com financiamentos obtidos, reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam na rubrica “Juros e gastos similares suportados” de acordo com o pressuposto do acréscimo, foram os que se apresentam:

Descrição	2019	2018
Juros Suportados	64.796,15	78.231,34
Outros Gastos de Financiamento	16.954,71	16.678,52
<b>Total</b>	<b>81.750,86</b>	<b>94.909,86</b>

## 12. Locações

### 12.1. Locações financeiras

#### a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo.

À data do relato financeiro, a quantia escriturada líquida de cada categoria de ativo adquirido em regime de locação decompõe-se da seguinte forma:

Quantia escriturada	Activos Fixos Tangíveis
Quantia bruta escriturada inicial	11.040,13
Depreciações acumuladas	9.660,14
Perdas por imparidades e reversões	
<b>Quantia líquida escriturada final</b>	<b>1.379,99</b>

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente para cada um dos seguintes períodos:**

	Pagamentos futuros	Activos Intangíveis	Activos Fixos Tangíveis	Total
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:			
5	Até um ano			
5	De um a cinco anos			
5	Mais de cinco anos			
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação:			
6	Até um ano			
6	De um a cinco anos			
6	Mais de cinco anos			
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período			
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço			
9	Valor dos pagamentos reconhecidos como gastos do período			

c) **Responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade.**

Em 31 de dezembro de 2019 não há relativas a locações financeiras.

### 13. Rédito

**13.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro.

Os restantes rendimentos são registados de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

**13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.**

O rédito reconhecido pela entidade nos exercícios de 2019 e 2018 detalha-se como se apresenta:

<b>Rubricas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Vendas</b>		
<b>Água</b>	313.992,67	330.292,99
<b>Valorização Resíduos</b>		
<b>Artigos Posto Turismo</b>	1.687,06	2.670,01
<b>Diversos</b>	552,88	1.144,23
<b>Serviços</b>		
<b>Resíduos Sólidos</b>	122.828,38	120.519,83
<b>Tarifa Disponibilidade</b>	112.136,97	93.277,84
<b>Deposição Resíduos</b>		
<b>Outros Serviços</b>	19.233,59	16.775,51
<b>TO TAL</b>	<b>570.431,55</b>	<b>564.680,41</b>

#### **14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

##### **14.1. Passivos contingentes à data do Balanço**

No decurso do exercício de 2014 a entidade tornou público, de harmonia com a deliberação do Conselho de Administração, que iria proceder à alienação e arrematação em Hasta Pública da participação social, correspondente a 49%, de que é titular na empresa Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.

Em 28 de janeiro de 2015 a Gedernor – Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A. apresenta a sentença de declaração de insolvência e nomeia o administrador judicial no processo de insolvência. Contudo, por decisão do Conselho de Administração, tendo por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como a experiência adquirida até então, no exercício de 2014 não foram considerados créditos de cobrança duvidosa.

Em 2015 os saldos da Gerdernor, S.A., cliente c/c (280.637,86€) foram considerados de cobrança duvidosa, tendo sido reconhecida a respetiva imparidade a 100% através de resultados transitados, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

## 15. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

### 15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando haja segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e os mesmos serão, efetivamente, recebidos.

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis são, inicialmente, contabilizados no capital próprio. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciables são imputados como rendimentos durante a vida do ativo, os subsídios relacionados com ativos não depreciables são mantidos no capital próprio, a menos que se reconheça uma perda por imparidade do ativo, sendo, neste caso, transferidos para rendimentos pela parcela necessária para compensar a perda por imparidade.

A contabilização dos subsídios do Governo no capital próprio implica o reconhecimento de um ajustamento em subsídios, no montante correspondente ao imposto a que estarão sujeitos quando reconhecido o rendimento, evitando, desta forma, uma distorção do capital próprio. Este ajustamento é debitado diretamente no capital próprio por contrapartida de uma conta de credores diversos, conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, de abril de 2013. Assim sendo, à data de 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 a entidade apresentava os seguintes montantes de subsídios ao investimento e respetivo ajustamento:

	2019	2018
Subsídios ao Investimento	2.298.045,62	2.235.721,74
Ajustamentos em Subsídios	- 420.542,35	- 375.601,25
<b>Total de "Outras variações no capital próprio"</b>	<b>1.877.503,27</b>	<b>1.860.120,49</b>

De acordo com a redação da Lei n.º 82 B/2014, de 31 de dezembro, a taxa de IRC passa a ser de 21% com uma redução de 20% aplicável à RAA e prevista no artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. Desta forma, os ajustamentos em subsídios foram reconhecidos à taxa de 16,80%, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

**15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente a entidade beneficiou.**

A entidade tem vindo a beneficiar de subsídios atribuídos ao abrigo do Proconvergência que são reconhecidos nas demonstrações financeiras com o detalhe que se apresenta:

Descrição	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Saldo Final
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
<b>1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+...+1.1.7)</b>	<b>2.342.787,74</b>	<b>44.742,12</b>	<b>2.298.045,62</b>
<b>1.1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)</b>	<b>2.342.787,74</b>	<b>44.742,12</b>	<b>2.298.045,62</b>
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	25.500,00		25.500,00
1.1.2 Edifícios e outras construções	2.074.087,98	19.091,13	2.054.996,85
1.1.3 Equipamento básico	223.234,11	15.667,85	207.566,26
1.1.4 Equipamento de transporte	19.965,65	9.983,14	9.982,51
1.1.5 Equipamento administrativo			
1.1.6 Equipamentos biológicos			
1.1.7 Outros			
<b>2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração</b>		<b>147.091,00</b>	
<b>3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)</b>			
3.1 Subsídios relacionados com activos ao investimento			
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			
<b>4 TOTAL (4=1+2+3)</b>	<b>2.342.787,74</b>	<b>191.833,12</b>	<b>2.298.045,62</b>

Foi registado no exercício de 2019 um subsídio à exploração no valor de 147.091,00€, concedido pelo Município de Nordeste.

**16. Acontecimentos após a Data do Balanço**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de março de 2020.

Após a data do balanço não houve acontecimento de eventos ocorridos que afetassem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

**17. Imposto sobre o Rendimento**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções,

reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da entidade entende que as correções resultantes de eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A entidade é tributada através do regime geral de tributação sendo a estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 20% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,8% considerando que a entidade não é qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/207, de 6 de novembro.

#### **17.1. Divulgação separada dos principais componentes de gasto (rendimentos) de impostos.**

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes e impostos diferidos sendo que, impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período, e impostos diferidos dizem respeito à quantia decorrente da existência de diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação.

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>Resultado contabilístico do período</b>	12.691,42
<b>Imposto corrente do período</b>	<b>2.562,46</b>
<b>Coleta</b>	2.317,32
<b>Tributações autónomas</b>	38,24
<b>Derrama</b>	206,90
<b>Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias</b>	30,40
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>2.592,86</b>
<b>Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento</b>	

## 17.2. Relacionamento entre gasto (rendimentos) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados é como segue:

<b>Resultado contabilístico do período</b>	12.691,42
<b>Diferenças permanentes:</b>	1.102,18
<b>Diferenças temporárias:</b>	
<b>Resultado fiscal (a)</b>	13.793,60
<b>Dedução de Prejuízos (b)</b>	-
<b>Matéria coletável (c)</b>	13.793,60
<b>Coleta (d)</b>	2.317,32
<b>Impostos Diferidos (e)</b>	30,40
<b>Tributação Autónoma (f)</b>	38,24
<b>Derrama (g)</b>	206,90
<b>Imposto registado na demonstração de resultados</b>	<b>2.592,86</b>

O resultado fiscal é o resultado de um período determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais sobre o qual são pagos impostos sobre o rendimento:

(a)

<b>Resultado contabilístico do período</b>	12.691,42
<b>Diferenças permanentes:</b>	1.102,18
<b>Diferenças temporárias:</b>	
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>13.793,60</b>

De acordo com o art.º 52.º do CIRC a entidade pode deduzir ao lucro tributável os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, dedução que não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável:

(b)

<b>Prejuízos Fiscais dedutíveis</b>	-
<b>Resultado Fiscal</b>	13.793,60
<b>70% do Resultado Fiscal</b>	9.655,52
<b>Prejuízos Fiscais deduzidos</b>	-
<b>Matéria coletável</b>	13.793,60

Quando haja prejuízos fiscais dedutíveis, a matéria coletável resulta da dedução de prejuízos fiscais ao resultado tributável:

(c)	
<b>Resultado Fiscal</b>	13.793,60
<b>Prejuízos Fiscais deduzidos</b>	-
<b>Matéria Coletável</b>	13.793,60

A coleta corresponde ao resultado do produto da taxa de imposto aplicável pela matéria coletável apurada.

(d)	
<b>13.793,60 * 0,21 * 0,80</b>	2.317,32
<b>Coleta apurada</b>	2.317,32

A aplicação do justo valor ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica o reconhecimento de impostos diferidos uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade:

(e)	
<b>Ganhos por Aumentos de Justo Valor reconhecidos no exercício</b>	180,94
<b>Perdas por Redução de Justo Valor reconhecidos no exercício</b>	
<b>Taxa nominal de imposto</b>	<b>16,80%</b>
	<b>30,40</b>

As tributações autónomas têm a seguinte decomposição:

(f)	
<b>Despesas Representação</b>	-
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	<b>0,08</b>
<b>Gastos com Viat.Lig. Passageiros superior a €25.000,00 inferior a €35.000,00</b>	173,81
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	<b>0,22</b>
<b>Despesas não documentadas</b>	-
<b>Taxa de tributação autónoma</b>	<b>0,48</b>
	<b>38,24</b>

A entidade está também sujeita e não isenta ao imposto da Derrama de 1.5%, aplicável a sujeitos passivos sediados no concelho de Nordeste e com um volume de negócios superior a €150.000,00, incidindo sobre o lucro tributável apurado no exercício:

(g)

<b>Resultado tributável do período</b>	13.793,60
<b>Taxa de derrama</b>	<b>1,50%</b>
	<b>206,90</b>

Os impostos diferidos ativos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos pela entidade aquando do apuramento de prejuízos fiscais por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros, suficientes para a sua utilização.

#### **18. Benefícios dos Empregados**

O número médio de pessoas ao serviço da entidade no decorrer do exercício e as respetivas horas trabalhadas no ano de 2019 foram as que se apresentam:

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
<b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas</b>	<b>18</b>	<b>30.240</b>
<b>Pessoas remuneradas ao serviço da empresa</b>	18	30.240
<b>Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	18	30.240
<b>Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	18	30.240
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>		
<b>Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>		
<b>Homens</b>	14	23.520
<b>Mulheres</b>	4	6.720
<b>Pessoas ao serviço da empresa, das quais:</b>		
<b>Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento</b>		
<b>Prestadores de serviços</b>		
<b>Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário</b>		

Os gastos com pessoal nos exercícios de 2019 e 2018 repartem-se de acordo com as seguintes rubricas:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>290.078,48</b>	<b>298.404,85</b>
<b>Remunerações dos órgãos sociais</b>		
<b>Das quais: participação nos lucros</b>		
<b>Remunerações do pessoal</b>	229.775,59	238.544,55
<b>Das quais: participação nos lucros</b>		
<b>Benefícios pós-emprego</b>		
<b>Indemnizações</b>		
<b>Encargos sobre remunerações</b>	49.627,00	49.469,89
<b>Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais</b>	2.328,58	1.416,16
<b>Gastos de acção social</b>	8.246,80	7.546,47
<b>Outros gastos com pessoal</b>	100,51	1.427,78
<b>Dos quais:</b>		
<b>Gastos com formação</b>		
<b>Gastos com fardamento</b>	100,51	1.427,78

## 19. Outras Informações

### 19.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

A administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 10.098,55€ seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

### 19.2 Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

#### a) Outros Créditos a Receber e outras dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas de “Outros créditos a receber” e de “Outras dívidas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Outros créditos a receber</b>	<b>2.009.108,19</b>	<b>2.051.159,53</b>
Fornecedores C/C	101,08	923,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	55,65	
Devedores diversos	2.008.734,06	2.050.236,53
Pessoal	217,40	
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>637.568,49</b>	<b>519.301,64</b>
Fornecedores de investimentos	157.113,90	81.254,53
Credores diversos	422.938,81	382.186,24
Credores por acréscimos de gastos	57.489,66	55.836,12
Pessoal	26,12	24,75

#### b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas</b>	- 1.074,47	- 277,87
<b>Pagamento por Conta</b>	1.488,00	831,00
<b>Pagamento Especial por Conta</b>	-	648,00
<b>Estimativa de imposto</b>	- 2.562,47	- 1.756,87
<b>Retenção na fonte por terceiros</b>		
<b>Retenção na fonte a terceiros</b>	- 796,11	- 693,11
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>	15.557,69	16.775,98
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	- 5.723,54	- 5.145,36
<b>Contribuições para o FCT</b>	- 27,90	- 2,01
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>17.045,69</b>	<b>18.254,98</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>- 9.110,02</b>	<b>- 7.597,35</b>

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e situação contributiva regularizadas.

#### c) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>429,55</b>	<b>1.855,79</b>
Seguros antecipados	313,87	311,16
Outros	115,68	1.544,63
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros	-	-

#### d) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Rubrica</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Subcontratos</b>	60.257,67	52.870,21
	<b>88.641,38</b>	<b>155.080,37</b>
<b>Trabalhos Especializados</b>	46.434,72	67.952,25
<b>Publicidade e Propaganda</b>	240,72	160,48
<b>Vigilância e Segurança</b>	475,50	
<b>Honorários</b>	7.866,72	40.841,16
<b>Conservação e Reparação</b>	26.926,99	38.547,95
<b>Serviços Bancários</b>	615,76	530,10
<b>Outros Serviços Especializados</b>	-	1.057,50
<b>Taxas ERSARA</b>	6.080,97	5.990,93
	<b>1.287,28</b>	<b>3.372,93</b>
<b>Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido</b>		140,77
<b>Material de Escritório</b>	1.262,28	3.232,16
<b>Artigos para Oferta</b>	25,00	
	<b>31.193,66</b>	<b>42.573,38</b>
<b>Electricidade</b>	7.339,15	9.072,50
<b>Combustíveis</b>	23.854,51	33.484,02
<b>Gás</b>	-	16,86
	<b>808,50</b>	<b>319,71</b>
<b>Deslocações e Estadas</b>	808,50	319,71
	<b>11.637,26</b>	<b>18.588,85</b>
<b>Rendas e Alugueres</b>	615,48	705,50
<b>Comunicação</b>	6.773,71	10.308,03
<b>Seguros</b>	3.552,21	4.552,79
<b>Contencioso e Notariado</b>	148,00	2.131,00
<b>Despesas de Representação</b>		60,90
<b>Limpeza, Higiene e Conforto</b>	407,44	445,92
<b>Outros</b>		157,92
<b>Outros Serviços</b>	140,42	226,79
<b>TOTAL</b>	<b>193.825,75</b>	<b>272.805,45</b>

**e) Outros rendimentos**

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2019	2018
Rendimentos suplementares	8.673,24	9.898,82
Rendimentos em invest. não financeiros	2.500,00	
Correções relativas a períodos anteriores	5,95	7.084,54
Imputação de subsídios p/Investimento	44.742,12	46.742,16
Outros não especificados	1.153,02	
<b>TOTAL</b>	<b>57.074,33</b>	<b>63.725,52</b>

#### f) Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2019	2018
Impostos indiretos	915,39	698,00
Taxas	78,42	1.378,49
Correções relativas a períodos anteriores	788,13	7.805,91
Multas e penalidades		20,28
Indemnização em danos patrimoniais	317,13	
Outros não especificados	177,86	
<b>TOTAL</b>	<b>2.276,93</b>	<b>9.902,68</b>

#### g) Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados dizem respeito a juros de financiamentos obtidos que, nos exercícios de 2019 e 2018, ascenderam a 81.750,86€ e 94.909,86€, respetivamente.

#### g) Capital Próprio

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	50.000,00			50.000,00
Reservas	2.776,34	-	-	2.776,34
Reservas legais	2.776,34			2.776,34
Outras reservas				-
Resultados transitados	- 413.054,75	1.758,86		- 414.813,61
Ajustamentos em activos financeiros	- 24.500,00			- 24.500,00
Outras variações no capital próprio	1.860.120,49	97.535,46	114.918,24	1.877.503,27
Subsídios	1.860.120,49	97.535,46	114.918,24	1.877.503,27
Resultado líquido do período	- 1.758,06		11.856,61	10.098,55
<b>Total</b>	<b>1.473.584,02</b>	<b>99.294,32</b>	<b>126.774,85</b>	<b>1.501.064,55</b>

**20. Divulgações adicionais para as Entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2º e o n.º 4 do artigo 9º, ambos do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho**

**20.1 O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.**

**a) Informação por Atividades Económicas**

A entidade encontra-se registada na Classificação das Atividades Económicas Rev.3 com os códigos 36001 – Captação e Tratamento de Água, como atividade principal, 38112 – Recolha de Outros Resíduos não Perigosos, 84123 – Administração Pública Atividades de Cultura, Desporto, Recreativas, Ambiente, Habitação e de Outras Atividades Sociais, exceto Segurança Social obrigatória e 93294 – Outras Atividades de Diversão e Recreativas, discriminando-se a atividade económica de 201 por CAE conforme se apresenta:

	Descrição	CAE Rev. 36001	CAE Rev. 38112	CAE Rev. 84123/ 93294	Total
<b>1</b>	<b>Vendas</b>	<b>313.992,67</b>	<b>-</b>	<b>2.239,94</b>	<b>316.232,61</b>
1.1	Mercadorias	313.992,67		2.239,94	316.232,61
<b>2</b>	<b>Prestações de serviços</b>	<b>122.770,76</b>	<b>131.428,18</b>		<b>254.198,94</b>
<b>3</b>	<b>Compras</b>	<b>20.924,00</b>		<b>1.766,52</b>	<b>22.690,52</b>
<b>4</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>63.237,14</b>	<b>84.121,87</b>	<b>46.466,74</b>	<b>193.825,75</b>
<b>5</b>	<b>CMVMC</b>	<b>14.106,46</b>	<b>-</b>	<b>1.851,51</b>	<b>15.957,97</b>
5.1	Mercadorias			1.851,51	1.851,51
5.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.106,46	-		14.106,46
<b>7</b>	<b>Número médio de pessoas ao serviço</b>	<b>7,00</b>	<b>5,00</b>	<b>6,00</b>	<b>18,00</b>
<b>8</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>117.842,15</b>	<b>73.668,54</b>	<b>98.567,79</b>	<b>290.078,48</b>
8.1	Remunerações	98.596,51	52.813,90	78.365,18	229.775,59
8.2	Outros (inclui pensões)	19.245,64	20.854,64	20.202,61	60.302,89
<b>9</b>	<b>Activos fixos tangíveis:</b>				<b>-</b>
9.1	Quantia escriturada líquida final	1.122.197,13	154.795,04	266.248,13	1.543.240,30
9.2	Total de aquisições	255.310,17	-	1.483,70	256.793,87
9.3	Das quais: em edifícios o outras construções			-	-
9.4	Adições no período de ativos em curso		-	-	-
<b>10</b>	<b>Propriedades de investimento:</b>				<b>-</b>
10	Quantia escriturada líquida final				-
10	Total de aquisições				-
10	Das quais: em edifícios o outras construções				-
10	Adições no período de propriedades de investimentos em curso				-

## b) Informação por Mercados Geográficos

Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
Vendas	316.232,61		
Prestações de serviços	254.198,94		
Compras	22.690,52		
Fornecimentos e serviços externos	193.825,75		
Aquisições de activos fixos tangíveis	256.793,87		
Aquisições de propriedades de investimento			
Aquisições de activos intangíveis			
Rendimentos suplementares	13.501,02		
Outros	13.501,02		
Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

**3.2. Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.**

### a) Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 4.774,28€.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

---

Marina Viveiros Cabral  
NIF: 229643825  
CC n.º 87693

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.945.083 euros e um total de capital próprio de 1.501.065 euros, incluindo um resultado líquido de 10.099 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2020



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORDESTE ATIVO E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.945.083 euros e um total de capital próprio de 1.501.065 euros, incluindo um resultado líquido de 10.099 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORDESTE ATIVO E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2020



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)